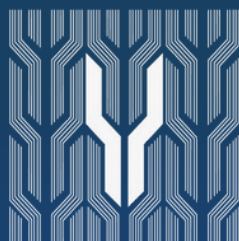


2025 RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO CRP-23



CRP-23

Conselho Regional de
Psicologia do Tocantins
23^a Região

SUMÁRIO

- 1** VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
- 2** OUVIDORIA
- 3** SETOR DE REGISTROS, CADASTROS E SECRETARIA
- 4** COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)
- 5** CREPOP
- 6** COMISSÃO DE INVENTÁRIO E PATRIMÔNIO
- 7** ATENDIMENTO E COBRANÇA
- 8** JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO
- 9** JÚRIDICO DEZEMBRO
- 10** INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região (CRP-23), Autarquia Federal criada pela Resolução CFP nº 02/2013, tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo(a), zelando pelos princípios éticos e técnicos da categoria e contribuindo para o fortalecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão no âmbito de sua jurisdição, nos termos da Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

Na condição de entidade integrante da Administração Pública Federal indireta e gestora de recursos públicos, o CRP-23 apresenta ao Tribunal de Contas da União o presente Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, conforme previsto no art. 71, parágrafo único, da Constituição Federal.

O presente documento tem por objetivo demonstrar o desempenho institucional do Conselho no exercício de suas atribuições legais, assegurando transparência, responsabilidade administrativa e conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Reafirma-se, por meio deste Relatório, o compromisso permanente do CRP-23 com a publicização de suas ações, a adequada aplicação dos recursos sob sua gestão e o fortalecimento dos mecanismos de controle, monitoramento e avaliação, visando ao aprimoramento contínuo da atuação institucional e à efetividade de suas funções legais.

1. VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 COMPOSIÇÃO

Para a consecução de seus fins, o CRP-23ª Região, nos termos de seu Regimento Interno- Resolução CFP nº 040-2013, é composto pelos seguintes órgãos:

Plenário (art.14)

O Plenário é composto de 9 (nove) conselheiros efetivos e 9 (nove) conselheiros suplentes, eleitos pra mandato de três anos, por meio do voto direto dos psicólogos registrados no Conselho, e atua como o órgão deliberativo do Conselho.

Diretoria (art.33)

A Diretoria atua como Órgão Executivo responsável pela operacionalização das diretrizes e decisões do Plenário, sendo constituída pelo Presidente, VicePresidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos anualmente pelo Plenário, em escrutínio secreto, sendo elegíveis apenas os Conselheiros Efetivos.

Comissões (art. 46)

Permanentes - Regimentais(art. 47):

- Comissão de Orientação e Fiscalização (COF);
- Comissão de Orientação e Ética (COE);
- Comissão Regional de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP);
- Comissão Permanente de Licitação e Patrimônio (CPLP);
- Comissão de Análise para Registro de Psicólogo (CARPA);
- Comissão de Análise para Concessão de Título Profissional de Especialista (CARPE);
- Comissão Especial de Inventário do CRP 23.

1. VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.2 PLENÁRIO

O Plenário é composto por (09) Conselheiros Efetivos e (09) Conselheiros Suplentes, eleitos através de voto direto dos psicólogos registrados no Conselho por um período de três anos, e atua como o órgão deliberativo do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Plenário até 24 de setembro de 2025:

Conselheiros Efetivos

Arivandre Araújo Guimarães Tavares (CRP-23/466)
Dórkas Pereira Borges Nunes (CRP-23/643)
Douglas Hermann De Sousa (CRP-23/943)
Francisco Maior De Oliveira Neto (CRP-23/651)
Joana D'Arc Queiroz Miranda (CRP-23/918)
Karla Milhomem Cardoso (CRP-23/226)
Kenia Polva Coelho Ferreira (CRP-23/574)
Marileide Gomes Martins (CRP-23/554)
Susy Kelly Melo Ribeiro (CRP-23/1782)

Conselheiros Suplentes

Alessandro De Almeida Campos (CRP-23/1529)
Edgar Henrique Hein Trapp (CRP-23/286)
Fabiano Santos De Carvalho Feliciano (CRP-23/452)
José Leandro Felizardo Silva (CRP-23/1294)
Kallynka de Souza Nazareno (CRP-23/663)
Ktiúcia De Sousa Sá Nascimento (CRP-23/309)
Larissa Queiroz Azevedo De Aquino (CRP-23/587)
Nenna Gomes Da Luz (CRP-23/1924)
Viviane Moura De Azevedo Ribeiro (CRP-23/319)

Atualmente o 5º Plenário intitulado “Voz e Ação” foi eleito para o triênio de 25 de setembro de 2025 a 25 de setembro de 2028 e conta com os seguintes membros:

Conselheiros Efetivos

Eder Ahmad Charaf Eddine – CRP-23/1465
Gustavo Vinicius Martins Legal – CRP23/1833
Izabella Ferreira dos Santos – CRP-23/999
Lais Karolinnny Almeida Amaral – CRP23/775
Lilian Julian da Silva – CRP-23/1388
Luiz Cláudio Ferreira Alves – CRP-23/1753
Maria de Fátima Pereira de Carvalho – CRP23/2153
Renata Gomes dos Santos – CRP-23/1535
Ricardo Furtado de Oliveira – CRP-23/542

Conselheiros Suplentes

Aline Alves Rodrigues – CRP-23/984
Arthur Dunck Oliveira - CRP-23/1127
Carla Fernanda Silveira – CRP23/1072
Fernanda Barreira Brito – CRP-23/970
Fernando Khlyfton Negreiros - CRP-23/904
Hareli Fernanda Garcia Cecchin - CRP-23/743
Ivanize Fátima Giongo – CRP-23/295
Natália Lorrayne Morais Ferreira - CRP-23/809
Paula Marinho Scotta – CRP-23/146

1. VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.3 DIRETORIA

A Diretoria é o órgão executivo responsável pela operacionalização das diretrizes e decisões do Plenário, constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos anualmente pelo Plenário, em escrutínio secreto, elegíveis dentre os Conselheiros Efetivos.

Diretoria até 24 de setembro de 2025:

Presidente: Arivandre Araújo Guimarães Tavares (CRP-23/466)

Vice-Presidente: Douglas Hermann De Sousa (CRP-23/943)

Tesoureira: Karla Milhomem Cardoso (CRP-23/226)

Secretário: Susy Kelly Melo Ribeiro (CRP-23/1782)

Diretoria a partir de 25 de setembro de 2025:

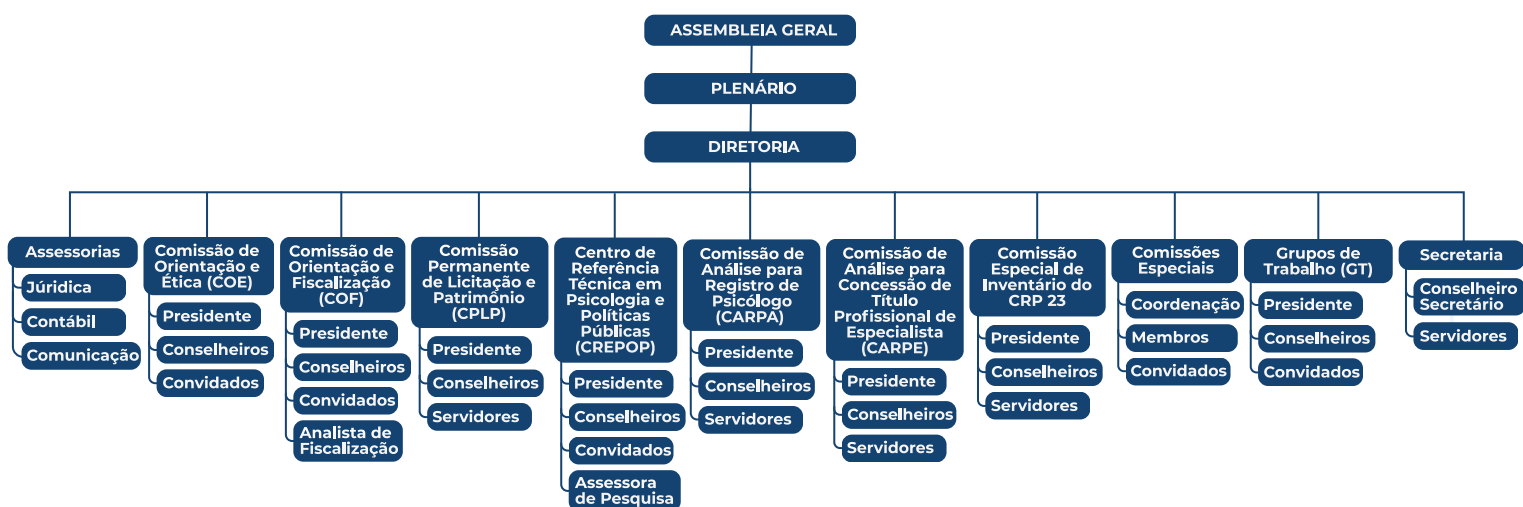
Presidente: Lais Karolinnny Almeida Amaral – CRP23/775

Vice-presidente: Lilian Julian da Silva – CRP-23/1388

Secretário: Eder Ahmad Charaf Eddine – CRP-23/1465

Tesoureira: Renata Gomes dos Santos – CRP-23/1535

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



1. VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.4 SERVIDORES

Servidores até outubro de 2025:

Gerência Financeira: Joelene Oliveira Costa

Gerência Administrativa de Pessoas: Hérika Santos Rosa

Psicóloga Analista em Orientação e Fiscalização: Ândria Carneiro da Silva

Psicólogo Analista em Orientação e Fiscalização: Breno Vasco Pereira Lima

Psicóloga Analista em Orientação e Pesquisa: Rhanielle Rodrigues da Silva

Assessora Especial da Diretoria - Ouvidoria: Gabriela Marques de Araújo

Assessora especial de atendimento ao público: Ayala Griss Batista Cavalcante

Assistente Administrativos:

Ana Vieira Costa

Loislene Pereira Jacobina

Iara Lourenço dos Santos

Mayco Oliveira Carneiro

Welberth Wanderson Ribeiro e Ramos

Após outubro de 2025, constitui-se o novo quadro de funcionários:

Assessoria especial da diretoria - Secretaria Geral: Alyce Milhomem Pereira

Gerência Financeira: Joelene Oliveira Costa

Gerência Administrativa de Pessoas: Hérika Santos Rosa

Psicóloga Analista em Orientação e Fiscalização: Ândria Carneiro da Silva

Psicólogo Analista em Orientação e Fiscalização: Breno Vasco Pereira Lima

Psicóloga Analista em Orientação e Pesquisa: Rhanielle Rodrigues da Silva

Assessora Especial da Diretoria - Ouvidoria: Ayala Griss Batista Cavalcante

Assistente Administrativos:

Ana Vieira Costa

Loislene Pereira Jacobina

Iara Lourenço dos Santos

Mayco Oliveira Carneiro

Welberth Wanderson Ribeiro e Ramos

RESULTADOS E ATIVIDADES REALIZADAS



CRP-23

Conselho Regional de
Psicologia do Tocantins
23ª Região

2. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal oficial de escuta, participação e diálogo entre o CRP23, os Profissionais de Psicologia e a sociedade em geral. Seu funcionamento está fundamentado na **Lei nº 13.460/2017** (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público), que garante aos cidadãos o direito de se manifestar sobre os serviços públicos por meio de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações, assegurando prazos de resposta e melhoria contínua do atendimento.

No âmbito federal, a Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 9.492/2018, que organiza o Sistema de Ouvidorias e estabelece diretrizes para o tratamento adequado das manifestações. A atuação da Ouvidoria também observa a **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação – LAI), garantindo transparência e acesso às informações públicas, e a **Lei nº 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), assegurando a proteção e a confidencialidade dos dados pessoais dos usuários.

Dessa forma, a Ouvidoria além de atuar com base na legislação vigente, é também responsável por acolher, analisar e encaminhar manifestações relacionadas à atuação do Conselho. Ela não julga nem pune — sua função principal é escutar, orientar e encaminhar corretamente cada demanda. Ela existe para garantir que qualquer pessoa possa se comunicar com o Conselho de forma acessível e democrática.

As demandas podem ser registradas por meio dos canais oficiais de atendimento, como formulário eletrônico, disponível no site <https://www.crp23.org.br/ouvidoria>, e-mail institucional ouvidoria@crp23.org.br, ou atendimento presencial, permitindo o envio de dúvidas, reclamações, denúncias, sugestões, elogios ou solicitações de orientação.

Análise das Demandas:

Em 2025, a Ouvidoria do CRP23 recebeu um total de 238 demandas, todas atendidas e finalizadas de acordo com os procedimentos internos. As demandas recebidas foram classificadas e analisadas, com o objetivo de identificar e contabilizar as principais áreas de interesse e necessidades dos usuários.

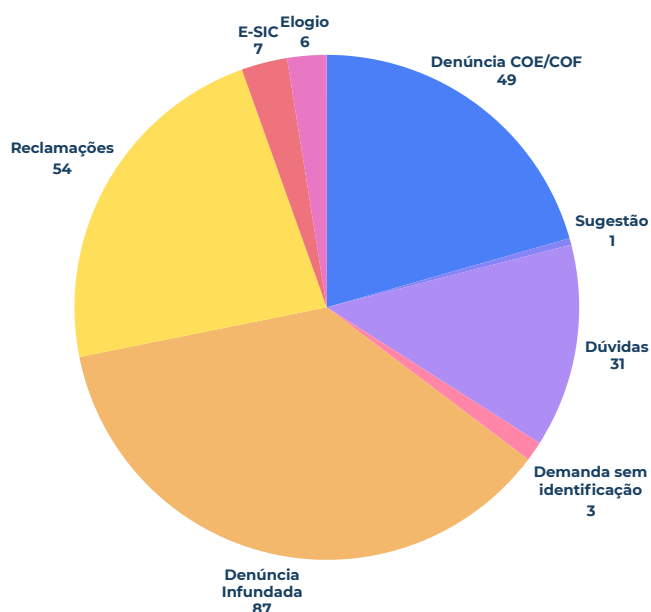
2. OUVIDORIA

Distribuição das Demandas por Setor:

A análise das demandas demonstra a diversidade de assuntos tratados pela Ouvidoria, com destaque para as seguintes categorias:

- 49 direcionadas a COE/COF;
- 31 dúvidas;
- 7 solicitações de E-Sic;
- 54 Reclamações;
- 87 Denúncias infundadas, sem provas ou comprovações do fato, Xingamentos e/ou ofensas de cunho pessoal contra funcionários;
- 1 Sugestão;
- 6 elogios;
- 3 demandas sem identificação, ou de conteúdo impreciso

Gráfico demonstrativo:



Nota-se que a grande maioria das demandas recebidas em 2025, se trata de denúncia infundada, com conteúdo ofensivo a moral e xingamentos gratuitos direcionados aos funcionários do CRP23. Para estes casos, foi adotado o uso de resposta padrão e arquivamento simples da demanda, sem utilização de nenhuma medida de proteção ou investigação de demanda para esclarecimento dos fatos.

2. OUVIDORIA

A Ouvidoria do CRP 23, é um importante canal de escuta e diálogo entre a instituição e a população. As informações obtidas por meio das manifestações contribuem para a melhoria dos serviços e para o fortalecimento da transparência e da qualidade no atendimento.

O atendimento das demandas recebidas demonstra o compromisso do CRP23 com a ética, a transparência e o respeito aos direitos dos psicólogos e da sociedade.

A alta porcentagem de demandas relacionadas ao ícone **"Dúvidas"**, sugere a necessidade de aprimorar os canais de comunicação e informação para o público.

A significativa quantidade de demandas na categoria **"Fiscalização"**, indica a necessidade de uma análise mais aprofundada dessas denúncias para identificar possíveis padrões, problemas recorrentes e a eficácia das medidas tomadas pelo CRP23 em resposta a essas questões. Isso pode apontar para a necessidade de ações preventivas ou mudanças de políticas internas para mitigar os problemas levantados pelas denúncias.

3. SETOR DE REGISTROS, CADASTROS E SECRETARIA

Palmas/TO – Região Central e Sul do Estado do Tocantins

3.1 FLUXO DE PROTOCOLOS

No período de referência, foram processados 1.261 protocolos, abrangendo registros de pessoas físicas e jurídicas, além de manutenções cadastrais.

3.2 REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOA FÍSICA (PF)

Tipo de Solicitação	Quantidade
Inscrição de Psicólogo(a)	421
Alteração de Provisória para Definitiva	322
Inscrição Secundária (Novas e Renovações)	47
Transferências	56
Reinscrições	15
Título de Especialista	20
Cancelamento de PF	19
Interrupção Temporária	4
Isenção de Anuidade	1
Desistência de Inscrição	6
Desistência de Cancelamento	1
Atualização Cadastral	169
Segunda via de CIP	91
Total	1.182

3. SETOR DE REGISTROS, CADASTROS E SECRETARIA

3.3 REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (PJ)

As demandas relativas à Pessoa Jurídica (PJ) mantiveram um fluxo constante, com destaque para as novas inscrições e renovações de regularidade

Tipo de Solicitação	Quantidade
Inscrição de PJ	40
Renovação de Certificado de PJ	23
Alteração de Ato Constitutivo	2
Cancelamento de Inscrição PJ	1
Alteração de responsabilidade técnica	11
Alteração de ato constitutivo	2
Total	79

3.4 COMUNICAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Os números abaixo refletem a produtividade do suporte administrativo e a entrega de documentos oficiais:

E-mails Enviados: 3.809;

CIPs Emitidas: 552 unidades enviadas/entregues;

Diariamente foram desempenhados atendimentos via canais de comunicação oficial, em média 10 ligações telefônicas por dia entre atendimentos via WhatsApp.

CONCLUSÃO

O balanço do ano de 2025 demonstra uma estrutura administrativa resiliente e capaz de absorver o crescimento da categoria. O foco na transição de inscrições provisórias para definitivas e a alta taxa de emissão de CIPs garantem que o profissional esteja devidamente habilitado para o mercado de trabalho, fortalecendo o papel do Conselho perante a sociedade e a classe.

3. SETOR DE REGISTROS, CADASTROS E SECRETARIA

Araguaína/TO – Região Norte do Estado do Tocantins

O presente Relatório Institucional apresenta as atividades desenvolvidas pelo Setor de Registro, Cadastro e Atendimento da Subsede Norte, localizada em Araguaína, no exercício de 2025.

O setor é responsável pela execução dos procedimentos relacionados às inscrições de pessoas físicas (psicólogas e psicólogos) e pessoas jurídicas, bem como pela condução dos demais processos administrativos correlatos, assegurando o cumprimento das normativas vigentes e a regularidade do exercício profissional na região.

3.5 COMPETÊNCIAS DO SETOR

Compete ao Setor de Registro, Cadastro e Atendimento instalado na subsede:

- Receber e processar novas inscrições de pessoas físicas e jurídicas;
- Realizar atendimentos presenciais, telefônicos e eletrônicos (e-mail e WhatsApp);
- Orientar profissionais e representantes legais quanto aos trâmites administrativos e documentais;
- Realizar coleta biométrica para emissão da Carteira de Identidade Profissional (CIP);
- Autorizar a emissão da CIP em sistema específico gerido pela empresa responsável;
- Executar procedimentos financeiros no sistema bancário e no sistema de dados do Conselho (BRC), incluindo registro de boletos;
- Elaborar ofícios e documentos administrativos quando demandado pela Diretoria;
- Gerir compras de pequeno vulto por meio de Suprimento de Fundos;
- Fiscalizar contratos administrativos (internet, aluguel e energia elétrica).

3.6 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EXECUTADOS

Pessoa Física (PF)

- | | |
|--|---|
| Conversão de Inscrição Provisória para Definitiva; | Registro de Profissional Especialista; |
| Transferência de Inscrição; | Interrupção Temporária; |
| Segunda Via de CIP; | Emissão de Certidão Negativa; |
| Inscrição Secundária; | Emissão de Certidões e Documentos Online. |
| Renovação de Inscrição Secundária; | |
| Cancelamento de Inscrição; | |
| Reinscrição; | |

3. SETOR DE REGISTROS, CADASTROS E SECRETARIA

Pessoa Jurídica (PJ)

Renovação de Certificado de Inscrição;
Segunda Via do Certificado de Inscrição;
Registro de Alteração de Ato Constitutivo;
Cancelamento de Inscrição;
Emissão de Certidões e Documentos Online;
Alteração de Responsabilidade Técnica.

3.7 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Observa-se que a maior parte dos processos é concluída em curto período de tempo, demonstrando eficiência na tramitação interna.

Entretanto, determinados procedimentos apresentam maior prazo de conclusão por dependerem de instâncias externas ou de deliberação específica, tais como:

- Transferência de Inscrição e Inscrição Secundária, que dependem de resposta do Conselho Regional de origem;
- Registro de Título de Especialista, condicionado à análise e parecer da comissão competente.

Ressalta-se que tais prazos não dependem exclusivamente do setor.

3.8 ATENDIMENTOS REALIZADOS

Período: 01/01/2025 – 31/12/2025

Atendimento Presencial: a média diária de atendimentos presenciais variou entre 4 e 10 pessoas, conforme a demanda.

Atendimento via WhatsApp: o atendimento por WhatsApp teve início em 21/10/2025, totalizando 158 atendimentos desde sua implementação.

Atendimento via e-mail: 1.063 e-mails recebidos e 1.116 e-mails enviados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Setor de Registro, Cadastro e Atendimento da Subsede Norte mantém atuação contínua e organizada, assegurando eficiência na prestação de serviços administrativos, orientação profissional e suporte à Diretoria.

O volume de atendimentos e a diversidade de processos executados evidenciam a relevância estratégica do setor para a regularidade do exercício profissional e para o fortalecimento institucional na região norte do estado.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

4.1 INTRODUÇÃO

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) constitui instância fundamental do Sistema Conselhos de Psicologia, com atribuições voltadas à orientação, acompanhamento e fiscalização do exercício profissional, em consonância com os princípios éticos, técnicos e legais que regem a Psicologia no Brasil. Sua atuação possui caráter educativo, preventivo e fiscalizatório, buscando não apenas a apuração de eventuais irregularidades, mas, sobretudo, a qualificação permanente do exercício profissional e a proteção da sociedade.

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar um panorama detalhado das atividades desenvolvidas pela COF no período recente, contextualizando o processo de reorganização interna, a dinâmica de trabalho adotada e os avanços alcançados, com especial atenção ao enfrentamento e à resolução integral das demandas pendentes.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COF E DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

A atividade de fiscalização profissional exercida pela COF está intrinsecamente relacionada às funções públicas delegadas aos Conselhos de Psicologia, sendo orientada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse sentido, a fiscalização não se limita a um caráter punitivo, mas se estrutura como um espaço de diálogo, orientação técnica e fortalecimento do exercício ético da profissão.

O trabalho da(o) fiscal envolve, entre outras atribuições, a realização de visitas técnicas, a análise de documentos e processos, o atendimento e a orientação a profissionais e pessoas jurídicas, bem como a elaboração de relatórios e pareceres que subsidiam as decisões da Comissão e do Plenário. Trata-se de uma atuação que demanda constante atualização normativa, capacidade de mediação e compromisso institucional.

4.3 INÍCIO DAS ATIVIDADES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

As atividades no âmbito da COF foram iniciadas no início do ano de 2025, em um contexto marcado por processos de transição institucional, incluindo a renovação de membros da Comissão e alterações no quadro de fiscais. Esse cenário exigiu esforços adicionais de adaptação, reorganização de fluxos de trabalho e retomada sistemática das demandas existentes.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

Em março de 2025, foi assumida a responsabilidade pela comunicação institucional da COF por meio do canal oficial de WhatsApp, o que representou um marco importante para a melhoria do acesso, da agilidade nas respostas e do registro das demandas encaminhadas por profissionais e pela sociedade. A centralização e organização dessa comunicação contribuíram significativamente para o acompanhamento dos atendimentos e para a transparência das ações desenvolvidas.

4.4 PROCESSO DE TRANSIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO SETOR

O período inicial da gestão da COF foi caracterizado por um processo de transição de membros e fiscais, com impactos diretos na dinâmica de trabalho e no acúmulo de demandas pendentes. Diante desse cenário, adotou-se como diretriz prioritária a organização interna do setor, a revisão de procedimentos e o estabelecimento de estratégias voltadas à resolução completa das pendências existentes.

Ao longo desse processo, observa-se que a COF vem se estruturando de forma consistente, com definição mais clara de fluxos, fortalecimento do trabalho coletivo e maior integração entre orientação e fiscalização. O foco institucional tem sido direcionado para a análise qualificada dos casos, evitando soluções parciais e priorizando o encerramento adequado dos processos, em consonância com as normativas vigentes.

4.5 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, a COF apresenta avanços significativos em sua organização e capacidade de resposta, refletindo um trabalho comprometido com a eficiência administrativa e a qualidade técnica. O esforço contínuo de enfrentamento das demandas acumuladas, aliado à consolidação de práticas mais estruturadas, tem contribuído para o fortalecimento do papel institucional da Comissão e para a qualificação da fiscalização profissional.

4.6 EIXOS ESTRUTURANTES DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA COF

Para fins de organização, análise e transparência, o Relatório de Gestão da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) está estruturado a partir de eixos que refletem as principais frentes de atuação do setor, bem como os processos internos desenvolvidos ao longo do período avaliado. Esses eixos possibilitam uma leitura sistematizada das ações, desafios e avanços institucionais.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

Eixo 1 – Orientação Profissional

Este eixo contempla as ações voltadas à orientação técnica, ética e normativa de profissionais e pessoas jurídicas, realizadas por meio de atendimentos individuais, respostas a consultas formais, esclarecimentos sobre legislação e normativas do Sistema Conselhos de Psicologia, bem como orientações decorrentes de fiscalizações.

A orientação profissional é compreendida como ferramenta estratégica de prevenção de irregularidades, fortalecimento do exercício ético da Psicologia e promoção de boas práticas profissionais.

Eixo 2 – Fiscalização do Exercício Profissional

Abrange as atividades de fiscalização propriamente ditas, incluindo a realização de visitas técnicas, análise documental, acompanhamento de regularização de situações identificadas, elaboração de relatórios de fiscalização e encaminhamentos às instâncias competentes.

Este eixo evidencia o caráter educativo e regulatório da fiscalização, orientada pela legalidade, pelo respeito institucional e pela proteção da sociedade.

Eixo 3 – Comunicação Institucional e Atendimento à Categoria

Refere-se à organização e gestão dos canais de comunicação da COF, com destaque para o atendimento realizado por meio do WhatsApp institucional, assumido em março de 2025. Inclui o registro, triagem, encaminhamento e acompanhamento das demandas recebidas, bem como a qualificação do fluxo de respostas.

Este eixo demonstra o papel da comunicação como instrumento de acesso, transparência e aproximação entre o Conselho e a categoria profissional.

Eixo 4 – Gestão de Processos e Demandas Pendentes

Compreende as ações voltadas à análise, organização e resolução das demandas acumuladas, especialmente aquelas oriundas do período de transição institucional. Engloba a revisão de processos, priorização de casos, acompanhamento sistemático e busca pela resolução integral das pendências.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

O foco deste eixo está na eficiência administrativa, na redução de passivos institucionais e no fortalecimento da credibilidade do setor.

Eixo 5 – Organização Interna e Reestruturação da COF

Este eixo aborda o processo de reorganização interna da Comissão, considerando a transição de membros e fiscais, a redefinição de fluxos de trabalho, o alinhamento de procedimentos e o fortalecimento do trabalho coletivo.

Destaca-se a consolidação gradual de uma estrutura mais funcional e integrada, capaz de responder de forma qualificada às atribuições da COF.

Eixo 6 – Articulação Institucional e Suporte ao Plenário

Refere-se às ações de articulação com outros setores do Conselho, comissões e o Plenário, por meio do fornecimento de informações técnicas, relatórios, subsídios para deliberação e acompanhamento de encaminhamentos.

Este eixo evidencia o papel da COF como instância técnica de apoio às decisões institucionais.

Eixo 7 – Desafios, Aprendizados e Perspectivas

Este eixo apresenta uma análise reflexiva sobre os principais desafios enfrentados no período, os aprendizados decorrentes da prática institucional e as perspectivas de aprimoramento da atuação da COF.

Busca-se, neste ponto, contribuir para o planejamento futuro, o fortalecimento da política de orientação e fiscalização e a qualificação contínua do exercício profissional.

4.7 TABELA-SÍNTESE DOS EIXOS DE ATUAÇÃO DA COF

A tabela a seguir apresenta uma visão consolidada dos eixos estruturantes da atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização, relacionando objetivos, principais ações desenvolvidas, situação atual e encaminhamentos adotados, de modo a facilitar a compreensão global da gestão e subsidiar análises institucionais.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

Eixo	Objetivo	Principais ações desenvolvidas	Situação atual	Encaminhamentos /Observações
Orientação Profissional	Promover orientação ética, técnica e normativa à categoria e às pessoas jurídicas	Atendimentos orientativos, respostas a consultas, esclarecimentos sobre normativas, orientações decorrentes de fiscalizações	Atividade contínua e em expansão	Fortalecimento do caráter preventivo e educativo da COF
Fiscalização do exercício profissional	Verificar a regularidade profissional e proteger a sociedade	Visitas técnicas, análise documental, relatórios de fiscalização, acompanhamento de regularizações	Em andamento, com priorização de casos pendentes	Foco na regularização integral das situações identificadas
Comunicação Institucional e Atendimento	Qualificar o acesso da categoria à COF e organizar o fluxo de demandas	Gestão do WhatsApp institucional, registro e triagem de demandas, acompanhamento de atendimentos	Estruturada desde março de 2025	Melhoria da transparência, rastreabilidade e agilidade das respostas
Gestão de Processos e Demandas Pendentes	Organizar e reduzir o passivo de demandas acumuladas	Revisão de processos, priorização de casos, monitoramento sistemático	Em fase avançada de regularização	Diretriz institucional de encerramento completo dos processos
Organização Interna e Reestruturação da COF	Reorganizar fluxos e fortalecer a atuação coletiva da Comissão	Redefinição de procedimentos, alinhamento entre membros e fiscais, ajustes operacionais	Estrutura em consolidação	Maior eficiência e integração do trabalho da COF
Desafios, Aprendizados e Perspectivas	Refletir sobre limites, avanços e planejamento futuro	Análise crítica da prática institucional e identificação de melhorias	Em desenvolvimento contínuo	Subsídio para planejamento e aprimoramento

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

4.8 DADOS QUANTITATIVOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No período avaliado, foram acompanhados **53 casos**, sendo a maioria **oriunda de denúncias formalizadas por meio da Ouvidoria**, evidenciando a relevância desse canal como instrumento de controle social e de acionamento das atribuições fiscalizatórias da COF. Registra-se, contudo, que se encontra em processo de implementação a **criação de uma área específica no site institucional destinada exclusivamente ao recebimento de denúncias pela COF**, medida que visa aprimorar a organização dos fluxos internos, direcionar adequadamente as demandas de fiscalização e permitir que a Ouvidoria concentre sua atuação em outras demandas institucionais.

Categoria	Atividade	Quantidade
Orientações	Orientações via WhatsApp	212
	Orientações via telefone	50
	Orientações presenciais	12
	Orientações via E-mail	4
Acompanhamento de Casos	Total de casos acompanhados	53
	Casos encaminhados para arquivamento	21
	Casos encaminhados para COE	5
	Casos em andamento	27
Procedimentos de Fiscalização	Oitivas Online realizadas	15
	Visitas de fiscalização <i>in loco</i>	9

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

Atividades de Orientação Externa	Orientações realizadas em faculdades (como convidado)	2
Análises Administrativas	Pareceres emitidos para cancelamento de registro	26
Medidas Administrativas	Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) aplicados	9

No âmbito das ações educativas e de orientação coletiva, destaca-se a realização de 2 eventos de orientação em universidades, com foco na divulgação das atribuições do Sistema Conselhos, normativas profissionais e boas práticas no exercício da Psicologia.

Adicionalmente, foram realizadas visitas técnicas e de fiscalização conforme a demanda institucional, atendendo tanto a denúncias quanto a necessidades de acompanhamento e orientação *in loco*.

- Viagem institucional para participação em evento promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, no âmbito da Comissão de Avaliação Psicológica, contribuindo para o alinhamento técnico e normativo das práticas.
- Participação no Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Fiscalização (COE/COF), realizado em Brasília, espaço estratégico para a troca de experiências, o alinhamento de procedimentos e o fortalecimento da atuação integrada entre os Conselhos Regionais de Psicologia.
- Ademais, foi realizada viagem institucional de fiscalização ao município de Dianópolis, com a execução de visitas técnicas a serviços vinculados ao SUS e ao SUAS, bem como a instituições educacionais, visando à orientação, verificação das condições de exercício profissional e ao fortalecimento da atuação fiscalizatória do Conselho no interior do estado.

Esses dados quantitativos evidenciam a intensidade, diversidade e continuidade das ações desenvolvidas, bem como o papel central da orientação profissional e da fiscalização na proteção da sociedade e na qualificação do exercício da Psicologia.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

4.9 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPACITAÇÃO E NECESSIDADE DE TREINAMENTO

No período avaliado, não foi realizado treinamento institucional específico direcionado aos(às) fiscais da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), especialmente no contexto do processo de transição administrativa e de reorganização interna vivenciado pelo setor. As atividades desenvolvidas ao longo do período ocorreram com base no acúmulo de experiências prévias, no estudo contínuo das normativas vigentes e no apoio pontual entre os membros da Comissão.

Apesar dos avanços observados na organização dos fluxos de trabalho e na condução das ações de orientação e fiscalização, identifica-se que a ausência de um programa estruturado de capacitação representa um desafio para a padronização de procedimentos, o alinhamento técnico-institucional e o fortalecimento da atuação fiscalizatória em âmbito regional.

Nesse sentido, destaca-se que a COF carece de treinamento específico e continuado voltado aos(às) fiscais, contemplando, entre outros aspectos, a atualização normativa, o manejo de situações complexas de fiscalização, a condução de ouvidorias, a elaboração de relatórios técnicos e o uso qualificado dos sistemas e canais institucionais. A implementação de ações formativas dessa natureza tende a contribuir para maior segurança técnica, eficiência administrativa e uniformidade das práticas adotadas.

Por fim, registra-se que o investimento em capacitação permanente constitui estratégia fundamental para o fortalecimento institucional da COF, para a qualificação do exercício das atribuições fiscalizatórias e para o alinhamento da atuação regional às diretrizes do Sistema Conselhos de Psicologia.

CONCLUSÃO

O presente Relatório de Gestão evidencia que a atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), no período analisado, caracterizou-se por um trabalho contínuo, diversificado e tecnicamente qualificado, orientado pelos princípios legais, éticos e institucionais que regem o Sistema Conselhos de Psicologia. As ações desenvolvidas demonstram o compromisso da COF com a proteção da sociedade, a qualificação do exercício profissional e o fortalecimento do caráter educativo da fiscalização.

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

Os dados quantitativos apresentados revelam um volume expressivo de demandas acompanhadas, com 53 casos analisados, em sua maioria oriundos de denúncias formalizadas por meio da Ouvidoria, o que reforça a importância desse canal como instrumento legítimo de participação social e de acionamento das atribuições fiscalizatórias do Conselho. A diversidade das demandas recebidas evidencia a complexidade do trabalho desenvolvido e a necessidade de uma atuação técnica criteriosa, pautada na escuta qualificada, na análise normativa e na mediação institucional.

Destaca-se, ainda, a centralidade das ações de orientação profissional, que se consolidaram como eixo estratégico da atuação da COF. A média semanal de atendimentos telefônicos, orientações por e-mail e, especialmente, de orientações realizadas por meio do WhatsApp institucional — principal porta de acesso da categoria e da sociedade — demonstra o fortalecimento da comunicação institucional e a ampliação do acesso às informações técnicas e éticas. Esse conjunto de ações contribui diretamente para a prevenção de irregularidades e para a promoção de boas práticas profissionais.

No campo da fiscalização propriamente dita, a realização de oitivas, visitas técnicas e acompanhamentos presenciais permitiu a análise aprofundada das situações identificadas, bem como a orientação direta a profissionais e instituições. As ações fiscalizatórias foram conduzidas de forma articulada, respeitando o devido processo, o caráter pedagógico da fiscalização e a busca pela regularização das situações observadas, reafirmando o papel institucional da COF como instância de orientação, acompanhamento e regulação do exercício profissional.

As iniciativas de orientação coletiva e educação permanente, materializadas na realização de eventos em universidades, reforçam o compromisso da COF com a formação ética e técnica desde os espaços acadêmicos, contribuindo para a disseminação das normativas profissionais e para o fortalecimento da identidade profissional da Psicologia.

No âmbito da articulação institucional, a participação no Encontro Nacional das Comissões de Orientação, Ética e Fiscalização (COE/COF), realizado em Brasília, possibilitou o intercâmbio de experiências, o alinhamento de procedimentos e o fortalecimento da atuação integrada entre os Conselhos Regionais. Soma-se a isso

4. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

a realização de viagem institucional de fiscalização ao município de Dianópolis, com visitas técnicas a serviços vinculados ao SUS, ao SUAS e a instituições educacionais, ampliando a presença institucional do Conselho no interior do estado e garantindo maior capilaridade das ações fiscalizatórias.

De modo geral, o conjunto das atividades desenvolvidas evidencia avanços significativos na organização interna da COF, na estruturação dos fluxos de trabalho e na capacidade de resposta às demandas recebidas. Observa-se uma atuação alinhada às diretrizes do Sistema Conselhos, com ênfase na resolução integral das demandas, na transparência dos procedimentos e na qualificação contínua do exercício profissional.

As atividades desenvolvidas no período foram realizadas em atuação conjunta com a psicóloga fiscal lotada no município de Araguaína, Ândria Carneiro da Silva, que ingressou na Comissão de Orientação e Fiscalização em junho de 2025. Essa atuação integrada possibilitou o compartilhamento de informações, o alinhamento de procedimentos e o fortalecimento das ações de orientação e fiscalização, contribuindo para maior abrangência territorial, qualificação técnica das análises e uniformidade das práticas institucionais adotadas pela COF.

Por fim, este relatório reafirma o compromisso da Comissão de Orientação e Fiscalização com uma atuação ética, responsável e socialmente comprometida, destacando-se como instância fundamental para o fortalecimento institucional do Conselho Regional de Psicologia e para a proteção da sociedade frente ao exercício profissional da Psicologia.

5. CREPOP



5.1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) se propõe a identificar as práticas das psicólogas no interior das políticas públicas, visando uma organização para a produção de referências sobre essa atuação, realizando a documentação e o compartilhamento junto a categoria, possuindo também um compromisso com os aspectos ético-políticos da profissão.

O CREPOP/CRP23 tem se empenhado em promover debates e estes, juntamente à categoria, sociedade civil e movimentos sociais, a respeito de temas atuais na Psicologia, pautados no bojo do Sistema Conselhos e da Rede Nacional do CREPOP, colocando o Compromisso Social sempre no horizonte das discussões.

Além disso, tem se preconizado o fortalecimento dos espaços de controle e participação social, tendo em vista ampliar, cada vez mais, essa presença ativa junto aos conselhos municipais e estaduais, audiências públicas, reuniões com instituições gestoras, a fim de garantir o cumprimento idôneo de políticas sociais e serviços públicos, na perspectiva dos Direitos Humanos.

5.2 APRESENTAÇÃO

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) se propõe a identificar as práticas das psicólogas no interior das políticas públicas, visando uma organização para a produção de referências sobre essa atuação, realizando a documentação e o compartilhamento junto a categoria, possuindo também um compromisso com os aspectos ético-políticos da profissão.

O relatório tem o objetivo de apresentar os resultados das atividades preconizadas descritas no plano de trabalho, sendo composto por uma introdução acerca da funcionalidade e objetivos do CREPOP, apresentando em seguida uma breve descrição das atividades realizadas em consonância com atividades de âmbito nacional e também ações a partir das demandas locais, tendo em vista a capilaridade e suas diversas possibilidades de atuação que o CREPOP possui.

5. CREPOP



Posteriormente, será possível perceber as formas de monitoramento e avaliação das atividades e logo após a descrição de algumas ações promovidas em âmbito local a partir de parcerias com as comissões especiais, orientação, entre outras.

5.3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Atividades relacionadas ao Plano de Trabalho CREPOP/CFP;

Consulta pública:

- RT Povos quilombolas;
- RT Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para gestoras e gestores;
- RT Pessoas Idosas;
- RT Espaços de Controle Social.

Lançamento de referência técnica:

- Mulheres em situação de violência;
- Direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- Relançamento da RT de atuação na educação básica;
- Atuação junto aos povos quilombolas;
- População em situação de rua.

A I Mostra Nacional de Práticas Profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

- Etapa Regional em Palmas: 23/05/2025.

Monitoramento e avaliação:

- Participação na reunião Nacional da REDE CREPOP em 17, 18 e 19 de outubro de 2024;
- Participação na reunião Nacional da REDE CREPOP em 11 e 12 de abril de 2025;
- Participação na reunião Bimestral da REDE CREPOP (online) dia 29 de maio de 2025;
- Participação na reunião nacional da REDE CREPOP em 19 de novembro de 2025.

5. CREPOP



Atividades da Agenda local (Crepop como Recurso de Gestão):

- Participação nos espaços de controle social: Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Assistência Social;
- Palestra de orientação e apresentação do CREPOP e RTs nas IES.

5.4 PLANEJAMENTO DE AÇÕES

Atividades vinculadas ao Plano de Trabalho do CREPOP/CFP				
Atividade	Objetivo Previsto (meta)	Resultados Alcançados	Responsável	Período
Consulta Pública RT Povos quilombolas	Contribuição de Psicólogos que atuam junto às comunidades quilombolas do TO na construção da RT	Foi divulgado nas mídias do CRP23 (para todos os profissionais) e realizada uma consulta com psicólogas atuantes em comunidades quilombolas	CREPOP	Outubro de 2024
Consulta Pública RT Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para gestoras e gestores	Contribuição de Psicólogos que atuam junto à Rede SUAS do TO na construção da RT	Foi divulgado nas mídias do CRP23 (para todos os profissionais) e realizada uma consulta com psicólogas atuantes na Rede SUAS	Técnica do CREPOP	Fevereiro de 2025
I Mostra Nacional de Práticas Profissionais “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!”	Convidar os profissionais e usuários da RAPS para inscrever seus Relato de Experiência ou Manifestação artística na I Mostra Nacional de Práticas Profissionais “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!”	Foi realizada ampla divulgação pelas mídias do CRP23. A mostra contou com 03 inscrições de relato de práticas e nenhuma inscrição artística	CREPOP	Novembro de 2024 a maio/junho de 2025
Consulta Pública RT Pessoas Idosas	Contribuição de Psicólogos que atuam junto em espaços de atuação com Pessoas Idosas do TO na construção da RT	Foi divulgado nas mídias do CRP23 (para todos os profissionais)	CREPOP	Junho 2025
Consulta Pública RT Espaços de Controle Social	Contribuição de Psicólogos que atuam junto aos espaços de controle social das políticas públicas do TO na construção da RT	Foi divulgado nas mídias do CRP23 (para todos os profissionais) e realizada uma consulta com psicólogas atuantes nos Espaços de Controle Social	CREPOP	Setembro de 2025
Agenda local - CREPOP como recurso de gestão				
Atividade	Objetivo Previsto (meta)	Resultados Alcançados	Responsável	Período
Aproximação com as IES	Orientação	Realizadas duas palestras de orientação em parceria com a fiscalização do CRP23	CREPOP e COF	15/04/2025
Aproximação com as IES	Orientação	Realizada uma de orientação sobre a RT de Atuação em Medida socioeducativa	Conselheira e técnica CREPOP	14/11/2024
Controle social	Fortalecer a política pública de saúde, educação em Direitos Humanos e através da atuação da no espaço de controle social, como integrante de Conselhos do Estado do TO e do Município de Palmas	Participação nas reuniões, pré conferências e conferência municipais e estaduais; seminários; dentre outras atividades	Técnica do CREPOP	Todo o ano

5. CREPOP

I Mostra Nacional de Práticas Profissionais “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!” Etapa Regional	Proporcionar um momento de reflexão e fortalecimento do compromisso ético e social da Psicologia com as Políticas Públicas, a Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial.	Foi realizada ampla divulgação pelas mídias do CRP23. A mostra contou com 03 inscrições de relato de práticas e nenhuma inscrição artística	Técnica do CREPOP	23/05/2025
Entrega das RT mulheres em situação de violência e DSDR	Distribuição de exemplares às IES	—	Técnica do CREPOP	Setembro 2025
Relançamento da RT de atuação na educação básica	Live com profissionais do Estado que atuam na Educação básica	A reunião contou com a apresentação da referência realizada pelo presidente do CREPOP aos profissionais de Psicologia da Educação Básica.	Conselheiro presidente do CREPOP	Outubro de 2025
Reunião de orientação para ações sobre DH futuras no plano de trabalho de 2026	Realizar uma reunião da comissão do CREPOP/TO com a Drª Maria Helena Rodrigues Navas Zamora, referência internacional em relação ao trabalho com Direitos Humanos, para pensar ações possíveis com a temática dos DH a partir da realidade geográfica e populacional do Tocantins.	A reunião contou com a presença do presidente do CREPOP, a técnica e mais duas conselheira que fazem parte da comissão	Comissão CREPOP	27/11/2025
Evento sobre Direitos Humanos e Lançamento das RTs mulheres em situação de violência e DSDR	Chamar a atenção para a necessidade da produção de Referências Técnicas, pesquisas, assessorias e participação em conselhos, fóruns de controle social, movimentos sociais e entidades competentes, a fim de se chegar a uma atuação ética e competente em defesa dos direitos humanos.	Foi realizada ampla divulgação pelas mídias do CRP23 e pelos órgãos parceiros Escola Superior de Magistratura Tocantinense (ESMAT) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).	CREPOP/CRP	28/11/2025
Lançamento da RT Povos quilombolas	Realizado junto a uma Comunidade Quilombola, o lançamento buscou fortalecer o trabalho da Psicologia comprometida com os direitos humanos, com a escuta ética e com o reconhecimento das especificidades históricas, culturais e subjetivas dos povos quilombolas	O lançamento contou com a participação das líderes e membros da comunidade e de psicólogos que atuam junto à comunidade e na cidade vizinha.	CREPOP	19/12/2025
Processo interno de avaliação e monitoramento das atividades				
Atividade	Objetivo Previsto (meta)	Resultados Alcançados	Responsável	Período
Reunião Nacional Rede CREPOP	Participação na reunião nacional da Rede CREPOP	Avaliação do processo de pesquisa nos regionais, consultas públicas e lançamentos, avaliação do Plano de Trabalho do CREPOP CFP pra ser enviado para a APAF de dezembro	Conselheira e Técnica do CREPOP	17 a 19 de outubro de 2024
Reunião Nacional Rede CREPOP	Participação na reunião nacional da Rede CREPOP	Avaliação lançamento das RTs DSDR e mulheres em situação de violência, estruturação da metodologia do CREPOP	Técnica do CREPOP	11 e 12 de abril de 2025
Reunião bimestral da rede CREPOP (online)	Participação na reunião bimestral CREPOP	Alinhamento, orientações e relato dos CRs que já haviam realizado a etapa regional da Mostra	CFP	29/05/2025
Reunião Nacional Rede CREPOP	Participação na reunião nacional da Rede CREPOP	Avaliação do processo de pesquisa nos regionais, consultas públicas e lançamentos, avaliação do Plano de Trabalho do CREPOP CFP pra ser enviado para a APAF de dezembro, apresentação para a versão final da metodologia do CREPOP	Conselheiro e Técnica do CREPOP	19/11/2025

5.5 AVALIAÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES

O CREPOP possui um papel muito importante no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, uma vez que se propõe a produzir as referências técnicas que versam sobre a atuação profissional nas políticas públicas. Envolvendo e mobilizando a categoria no sentido de ampliar e construir novos conhecimentos, provocando uma reflexão crítica acerca de suas práticas e as políticas as quais estão inseridas.

É importante salientar que o ano de 2024 iniciou com uma nova equipe o que ao mesmo tempo em que estavam dispostos a aprender e contribuir, também tinha os desafios de lidar com demandas já existentes visto o pouco conhecimento do setor. É necessário pontuar a significativa quantidade de substituição de técnicas e conselheiras responsáveis pelo CREPOP-TO. Ao todo, entre os anos de 2024 e 2025, passaram pelo setor três técnicas e três conselheiras responsáveis, sendo a última troca de conselheiro motivada pelas eleições regionais dos Conselhos.

Contudo, a partir do mês de julho do ano de 2024 até setembro de 2025, firmou-se as representantes, a saber: Rhanielle, como técnica, e Karla, como conselheira responsável. Com isso, mantendo a presença nas atividades formativas e também nos espaços de controle social, visando a disseminação das produções técnicas, do compromisso ético-político da psicologia e o fortalecimento das políticas públicas. Assim, diante de tudo que foi exposto reafirmo o lugar de destaque que o CREPOP tem se colocado, visando a construção de novos saberes e reflexões. E que, apesar do contexto, continuou construindo uma psicologia baseada em seu compromisso social, que se apoia nos princípios do código de ética da profissão na tentativa de promover as transformações necessárias da sociedade e o avanço da Psicologia enquanto profissão.

5. CREPOP



Consulta RT Povos quilombolas



Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
– Informações para gestoras e gestores



Etapa regional da I Mostra Nacional
de Práticas Profissionais



Reunião Nacional



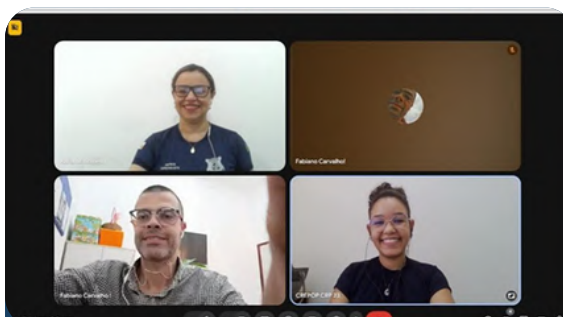
Evento Faculdade



Evento Faculdade UniNassau

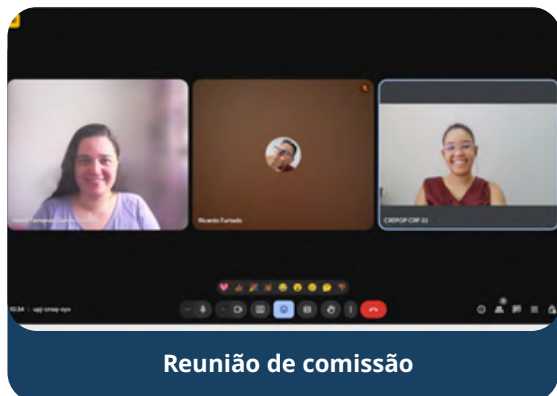


Entrega RTs nas IES



Consulta RT Espaços de Controle Social

5. CREPOP



6. COMISSÃO DE INVENTÁRIO E PATRIMÔNIO

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por finalidade apresentar as atividades desenvolvidas pela Comissão Especial de Inventário e Patrimônio no período acima indicado, demonstrando as ações de controle, organização, conservação e regularização dos bens patrimoniais pertencentes ao Conselho supramencionado, em conformidade com as normas da administração pública aplicáveis às autarquias federais.

6.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No período de referência, foram realizadas as seguintes atividades:

- **Atualização do sistema de controle patrimonial (SISPAT)** - realizada em 18/06/2025;
- **Conferência física dos bens permanentes** - realizada em 18/06/2025 e 12/12/2025;
- **Identificação e regularização de inconsistências (bens sem plaqueta, divergência de localização, etc.)** - em 26/06/2025 foi reportado que os itens indicados na lista com a situação de "NÃO IDENTIFICADO", refere-se a itens nos quais a descrição lançada em cadastro no SISPAT não nos permite realizar a precisa identificação, ou não foram localizados em nosso ambiente físico;
- **Emissão de relatórios gerenciais de inventário;**
- **Registro e tombamento de bens adquiridos no período no sistema** - aquisições realizadas no ano de 2025 foram registradas no SISPAT;
- **Inclusão de notas fiscais no sistema** - aquisições realizadas no ano de 2025 foram registradas no SISPAT; Quantidade de bens tombados: 74 itens
- **Lançamento de termos de responsabilidade no sistema SISPAT;**
- **Atualização da localização física dos bens mapeados;**
- **Controle de movimentação entre setores/subsedes;**
- **Avaliação do estado de conservação** - atualizações realizadas no sistema SISPAT;
- **Inventário Anual 2025** - realizado, conforme email encaminhado em 12/12/2025;
- **Realização de levantamento físico** - realizado, conforme email encaminhado em 12/12/2025;
- **Elaboração de relatório conclusivo para a Diretoria/Plenária** - enviado e-mail encaminhado em 12/12/2025;

6. COMISSÃO DE INVENTÁRIO E PATRIMÔNIO

6.2 OCORRÊNCIAS IDENTIFICADAS

Reportado às instâncias superiores, desde 18/06/2025, a necessidade de realização de reclassificação de bens móveis para facilitar o trabalho de localização dos itens. Em 12/12/2025, foram reportadas as inconsistências encontradas via e-mail, anexo.

6.3 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Realizada solicitação de assistência financeira, técnica, operacional e administrativa para efetuar as retificações identificadas no sistema patrimonial.

6.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS

As limitações operacionais despertam a necessidade de realização de capacitação voltada ao controle patrimonial da unidade CRP 23ª Região

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Inventário e Patrimônio manteve durante o período suas atividades em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e transparência, buscando assegurar o adequado controle e a preservação dos bens públicos sob responsabilidade do Conselho.

Sugere-se a continuidade das ações de modernização do controle patrimonial e a realização periódica de inventários físicos para aprimoramento da gestão.

7. ATENDIMENTO E COBRANÇA

7.1 RESUMO EXECUTIVO

O exercício de 2025 consolidou-se como um período de superação operacional e eficiência administrativa para o Setor de Atendimento e Cobrança do CRP 23. A gestão foi estrategicamente pautada na recuperação de ativos, com foco prioritário na regularização de inscrições antigas que compunham o passivo financeiro do Conselho.

Mesmo operando com uma estrutura de equipe extremamente reduzida — composta por apenas 02 colaboradores operacionais — o setor demonstrou alta capacidade de gestão ao processar um volume massivo de dados e interações. O sucesso do período foi impulsionado pela execução da Campanha REFIS, que serviu como o principal instrumento de conciliação, permitindo que profissionais em atraso retornassem à regularidade mediante condições facilitadas de parcelamento e descontos atrativos.

Para sustentar essa demanda, o setor passou por uma reestruturação importante a partir do último trimestre, adotando uma escala de atendimento ininterrupta das 08h às 18h. Essa mudança foi crucial para absorver o fluxo contínuo de solicitações e garantir a resolutividade das demandas, equilibrando o uso de ferramentas de automação (como o envio de boletos e senhas via sistema) com o suporte humano direto. O resultado final reflete um setor que, apesar do desafio tecnológico da implementação de novos sistemas de chatbot, manteve a excelência no atendimento personalizado, alcançando altos índices de negociações formalizadas e fortalecendo a saúde financeira da instituição.

7.2 CAMPANHA REFIS 2025: POLÍTICA DE DESCONTOS E ADEÇÃO

A estratégia de descontos progressivos foi o principal motor das renegociações no exercício de 2025, desenhada especificamente para enfrentar o desafio das inscrições mais antigas, que historicamente compunham o maior passivo financeiro do Conselho. A campanha buscou transformar dívidas de difícil recuperação em receita imediata ou programada.

7.3 TABELA DE INCENTIVOS APLICADA (PODER DE NEGOCIAÇÃO)

O escalonamento dos descontos sobre juros e multas foi fundamental para oferecer alternativas que se ajustassem à realidade financeira de cada profissional:

7. ATENDIMENTO E COBRANÇA

- **Pagamento à Vista:** 80% de desconto (Foco em liquidez imediata);
- **Parcelamento em até 06x:** 60% de desconto;
- **Parcelamento em até 12x:** 40% de desconto;
- **Parcelamento em até 24x:** 20% de desconto.

Volume e perfil da negociação:

O sucesso da campanha é comprovado pelo número expressivo de adesões. Ao todo, foram realizadas 765 renegociações durante o ano de 2025.

A análise dos dados coletados revelou um comportamento padrão: a preferência majoritária pelo parcelamento via boleto bancário. Este dado é de extrema relevância para a gestão, pois indica que, embora o Conselho disponibilize ferramentas de autoatendimento, o profissional ainda demanda o suporte do setor para a emissão, conferência e segurança no recebimento dessas guias.

Isso justifica a necessidade de manutenção do suporte contínuo da equipe (composta por apenas 02 colaboradores), garantindo que o fluxo de caixa proveniente desses parcelamentos não sofra interrupções por dificuldades técnicas do usuário.

7.4 INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E CANAIS

Gestão de Fluxo Eletrônico (E-mails)

A volumetria de e-mails processados reflete a intensa atividade de cobrança e suporte administrativo:

- **Canal Cobrança (cobranca@crp23.org.br):** Foram contabilizados 5.003 e-mails recebidos e 4.114 enviados.

Nota Técnica: O volume de saídas é composto, em sua maioria, por disparos automáticos de boletos, redefinições de senhas e protocolos de parcelamento. Essa automação foi vital para garantir a escala da operação sem sobrecarregar a equipe com tarefas repetitivas.

- **Canal Atendimento (atendimento@crp23.org.br):** Registrou 543 recebidos e 390 enviados, focados em demandas de orientação técnica e suporte administrativo de maior complexidade.

7. ATENDIMENTO E COBRANÇA

7.5 WHATSAPP E TEMPO DE RESPOSTA (O CANAL PREFERENCIAL)

Apesar da modernização dos canais automáticos no site e dos e-mails, o contato humano via WhatsApp consolidou-se como a preferência absoluta do inscrito. Identificou-se que o profissional prioriza a segurança da interação direta para a solicitação de boletos e confirmação de acordos.

- **Demanda Diária:** Média de 40 a 50 atendimentos realizados por dia.
- **Eficiência Operacional:** O setor manteve um tempo médio de resposta entre **5 a 10 minutos**, um índice de excelência considerando a complexidade das solicitações de renegociação.
- **Dimensionamento de Equipe:** Todo esse fluxo (WhatsApp, E-mails e Telefone) foi operado por apenas 02 profissionais. Este cenário demonstra que a equipe operou em sua capacidade máxima. A manutenção deste tempo de resposta ágil só foi possível devido à implementação da escala ininterrupta (08h às 18h), que evitou o acúmulo de mensagens no início e final do dia.

7.6 GESTÃO OPERACIONAL E REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA

O último trimestre de 2025 marcou um ponto de inflexão na eficiência do setor. A necessidade de conciliar o atendimento receptivo com a agressividade necessária para a campanha REFIS exigiu uma mudança no modelo de trabalho.

Implementação da Escala Ampliada (10 Horas Ininterruptas)

A partir de outubro de 2025, o setor de Atendimento e Cobrança adotou um regime de escala das 08:00 às 18:00 horas.

- **Mitigação de Gargalos:** Esta medida eliminou o represamento de mensagens que ocorria nos intervalos e no final do expediente.
- **Sustentabilidade do REFIS:** O aumento de demanda gerado pela campanha de descontos foi absorvido sem prejudicar o tempo médio de resposta, mantendo a agilidade de 5 a 10 minutos por interação no WhatsApp.

Monitoramento e Busca Ativa

Diferente de um modelo passivo, o setor utilizou relatórios detalhados de inadimplência para uma atuação proativa. O foco não foi apenas emitir boletos solicitados, mas identificar profissionais com débitos críticos e realizar a notificação de 2ª via, informando sobre os benefícios do REFIS antes do encerramento do prazo.

7. ATENDIMENTO E COBRANÇA

7.7 DIAGNÓSTICO DE TECNOLOGIA E DESAFIOS

Experiência com Automação (Projeto Chatbot)

Durante o exercício de 2025, foi iniciado um projeto piloto para a implementação de um Chatbot, visando automatizar a triagem inicial e reduzir a carga de trabalho manual da equipe.

- **Status do Projeto:** Descontinuado.
- **Motivo Interrupção:** O encerramento do teste ocorreu devido a divergências insolúveis nos termos do contrato com o fornecedor externo, que não atendiam integralmente às necessidades de segurança e conformidade da instituição.
- **Análise de Aprendizado:** A experiência, embora curta, foi extremamente reveladora. Identificou-se que a alta demanda por boletos via WhatsApp (que persiste mesmo com o envio automático por e-mail) confirma que a ferramenta de Chatbot não é apenas um "adicional", mas uma infraestrutura indispensável. Ficou evidente que o novo sistema precisará de uma integração técnica mais robusta e direta com o sistema de gestão (BR Conselhos) para ser efetivo.

Monitoramento e Busca Ativa

Diferente de um modelo passivo, o setor utilizou relatórios detalhados de inadimplência para uma atuação proativa. O foco não foi apenas emitir boletos solicitados, mas identificar profissionais com débitos críticos e realizar a notificação de 2ª via, informando sobre os benefícios do REFIS antes do encerramento do prazo.

7.8 PLANEJAMENTO PARA 2026 (PCA)

Implementação de Nova Solução de Chatbot

A experiência anterior permitiu refinar os requisitos necessários para uma automação eficiente.

- **Objetivo:** Absorver a demanda repetitiva de 40 a 50 atendimentos diários (emissão de boletos e certidões).
- **Justificativa:** Liberar a equipe de 02 operacionais para focar exclusivamente em renegociações complexas e casos que exigem análise técnica, garantindo que o atendimento humano seja um diferencial de qualidade e não apenas um emissor de documentos.

7. ATENDIMENTO E COBRANÇA

Consolidação do período de atendimento: 08h-18h

A escala ininterrupta, testada no último trimestre de 2025, será mantida como padrão operacional definitivo.

- **Impacto Esperado:** Manutenção do suporte integral ao profissional, eliminando picos de espera e garantindo que o CRP 23 esteja disponível durante todo o horário comercial bancário, facilitando a resolução de pendências financeiras em tempo real.

Programa de Foco em Retenção e Adimplência

Considerando o alto volume de acordos firmados no REFIS 2025, o setor iniciará uma nova fase de gestão de carteira.

- **Ação:** Lançamento de uma campanha de busca ativa voltada especificamente para os profissionais que iniciaram o parcelamento em 2025.
- **Meta:** Monitorar a pontualidade das parcelas (especialmente os parcelamentos longos de até 24x) e oferecer suporte preventivo antes que o acordo seja quebrado por esquecimento, garantindo que a recuperação de ativos iniciada no REFIS se concretize efetivamente no caixa do Conselho.

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

8.1 INTRODUÇÃO: O CENÁRIO DA GESTÃO JURÍDICA

O presente relatório tem por finalidade apresentar um panorama técnico e detalhado das atividades desempenhadas pela Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região – CRP-23, no período compreendido até a data final da vigência contratual, estabelecida em 17 de novembro de 2025, conforme o Contrato Administrativo nº 017/2025.

Este documento consolida informações jurídicas e administrativas relevantes, descrevendo o estado atual dos processos judiciais, ético-disciplinares e administrativos sob acompanhamento, bem como os resultados alcançados durante o período de assessoria. Visa proporcionar transparência institucional, demonstrar técnica jurídica aplicada e garantir a continuidade operacional e segurança jurídica à gestão sucessora.

No âmbito contencioso, destaca-se o trabalho de organização, saneamento e acompanhamento estratégico do acervo processual, com atuação pautada na celeridade, eficiência e defesa dos interesses institucionais. No campo preventivo e consultivo, foram adotadas medidas voltadas ao aperfeiçoamento da governança interna, segurança normativa e orientação jurídica das decisões administrativas, consolidando rotinas e fluxos que permitiram o fortalecimento da estrutura decisória do CRP-23.

Ressalte-se que a assessoria foi conduzida sob observância dos princípios constitucionais da administração pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e em estrita conformidade com o regime jurídico aplicável aos Conselhos Profissionais, com ênfase na continuidade do serviço público, proteção do patrimônio institucional e mitigação de riscos legais.

8.2 DO CUMPRIMENTO DA CLÁUSULA 4.11 E DA NATUREZA DIGITAL DO ACERVO PROCESSUAL

Em atenção à solicitação formal encaminhada pela Presidência, com fundamento na Cláusula 4.11 do Contrato Administrativo nº 017/2025, a qual estabelece como obrigação da Assessoria Jurídica: “apresentar relatório dos processos judiciais em andamento, com os encaminhamentos jurídico/administrativo processados e entregar todas as peças produzidas com a respectiva documentação”, passo à devida manifestação técnica.

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

O presente relatório cumpre integralmente o primeiro comando contratual, apresentando panorama detalhado e atualizado de todos os processos judiciais, os quais serão descritos individualmente a seguir, com indicação objetiva da situação atual, providências adotadas e encaminhamentos recomendados para continuidade de atuação institucional.

Da Tramitação Digital dos Processos Administrativos e Éticos – Avanço Estrutural do CRP-23

No que se refere à segunda parte da cláusula “entregar todas as peças produzidas com a respectiva documentação” é imprescindível esclarecer a natureza integralmente digital da tramitação processual do CRP-23. Quando do início da vigência deste contrato, todos os processos administrativos e ético-disciplinares já se encontravam exclusivamente no formato digital, tramitação realizada por meio da plataforma institucional denominada Barco Digital, sistema oficial e centralizado de gestão interna utilizado para registro, movimentação e preservação dos autos administrativos.

A adoção integral do meio digital configurou um marco histórico e estrutural para o CRP-23, representando modernização administrativa e avanço de governança institucional, compatível com as melhores práticas da administração pública contemporânea. A digitalização plena do fluxo processual viabilizou maior controle interno, eliminação de perdas físicas, rastreabilidade dos atos, economicidade e segurança da informação.

A implementação do processo digital no CRP-23 encontra respaldo normativo nas seguintes bases legais: Lei nº 11.419/2006, que trata da informatização do processo judicial e reconhecimento jurídico de documentos eletrônicos; Lei nº 12.682/2012, disciplina da digitalização e armazenamento eletrônico de documentos públicos; Decreto Federal nº 10.278/2020 trata dos requisitos técnicos para digitalização com validade legal e Art. 37 da Constituição Federal princípios da administração pública, especialmente legalidade, eficiência, publicidade e continuidade.

Da Entrega Documental Prevista em Contrato

Considerando que todos os documentos administrativos e pareceres jurídicos foram integralmente produzidos e inseridos nos autos eletrônicos oficiais, cumpre

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

ou paralela desta assessoria. Todo o conteúdo técnico produzido ao longo da vigência contratual está disponível de forma permanente e institucionalizada nos sistemas digitais oficiais do Conselho.

A entrega prevista contratualmente se concretiza pela própria natureza do sistema utilizado, visto que: não há nenhuma peça jurídica ou processual que não esteja digitalmente registrada nos autos oficiais; toda a produção intelectual está incorporada ao patrimônio documental da autarquia; não existe material físico a ser recolhido, transportado ou devolvido, pois a gestão documental é 100% eletrônica; o acesso ao acervo está disponível de imediato a gestores e servidores autorizados, via login institucional no SGP/Barco Digital.

Assim, reafirma-se que esta profissional não reteve qualquer documento ou peça, estando todo o acervo sob a guarda e domínio do próprio CRP-23, em conformidade com os princípios da transparência, da eficiência e da continuidade do serviço público.

8.3 PANORAMA QUANTITATIVO E QUALITATIVO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

O contencioso judicial do CRP-23, conforme registros no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)**, totaliza **77 (setenta e sete) processos**. A análise qualitativa desses processos revela que o cenário atual é de **passivo controlado e estabilizado**, com a totalidade das ações em situação de encerramento, arquivamento ou sobrestamento.

O Saneamento do Passivo Judicial

Durante o período de atuação desta Assessoria, foi possível **sanear integralmente o passivo judicial**, eliminando pendências processuais ativas e conduzindo as execuções fiscais e demais ações à regularização processual adequada.

No momento do encerramento, **não há processos com prazos pendentes ou em fase de instrução/julgamento**. A maioria encontra-se **arquivada definitivamente**, e os demais estão **sobrestados ou baixados**, conforme previsão da **Lei nº 6.830/80** (Lei de Execuções Fiscais) e do **art. 40 da LEF**, aguardando localização de bens ou decurso de prazo para prescrição intercorrente.

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

Status Geral dos Processos (77)	Quantidade	Percentual
Arquivado Definitivamente	42	54,5%
Arquivado Provisoriamente/Sobrestado/Baixado	12	15,6%
Redistribuído/Outros	23	29,9
Ativo/Em andamento	0	0%

Esses indicadores refletem **maturidade na condução do contencioso** e eficiência no controle processual, consolidando um cenário de **estabilidade jurídica e administrativa**.

8.4 DETALHAMENTO ESTRATÉGICO DOS PROCESSOS SOBRESTADOS E BAIXADOS

A Assessoria Jurídica concentrou esforços na regularização e no sobrestamento das **Execuções Fiscais** em que não foram localizados bens penhoráveis, evitando gastos processuais desnecessários e observando o princípio da economicidade administrativa.

Os **21 (vinte e um)** processos listados nas anotações de transição correspondem ao núcleo de **Execuções Fiscais e Mandados de Segurança** que permanecem sob monitoramento passivo, não apresentando risco imediato para o CRP-23.

8.5 ATUAÇÃO CONSULTIVA, PREVENTIVA E O SUCESSO DO REFIS

Além das atividades voltadas ao contencioso judicial, a Assessoria Jurídica exerceu papel estruturante no planejamento preventivo, na análise de conformidade administrativa e no suporte consultivo especializado à gestão do CRP-23, contribuindo para a redução de riscos, mitigação de conflitos e qualificação das decisões estratégicas da Autarquia.

Programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS)

A Assessoria Jurídica desempenhou função técnica central e estratégica na elaboração da minuta normativa e na construção da fundamentação jurídica da Resolução que instituiu o Programa de Refinanciamento de Débitos – REFIS no âmbito do CRP-23. A atuação envolveu:

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

- estudo e análise jurídica comparada de experiências adotadas por Conselhos Profissionais e autarquias federais;
- revisão normativa e adequação do texto às diretrizes do **Conselho Federal de Psicologia**;
- observância rigorosa dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública (art. 37 da CF/88), especialmente **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade**;
- análise de impacto regulatório e alinhamento às normas que disciplinam renegociação e recuperação de créditos no âmbito público.

O Programa REFIS consolidou-se como **marco de inovação administrativa e financeira** do CRP-23, ao possibilitar a regularização voluntária de débitos por meio de solução consensual e acessível, reduzindo significativamente a inadimplência histórica e promovendo a reaproximação institucional com a categoria.

A elevada adesão ao programa comprovou a **eficiência da abordagem conciliatória e orientada ao diálogo**, fruto da atuação integrada entre a Assessoria Jurídica e a Diretoria, o que tornou **desnecessário o ajuizamento de novas execuções fiscais durante o período de vigência contratual**. Tal resultado representou economia de recursos, eliminação de desgaste institucional e reforço da política pública de resolução consensual de conflitos, em sintonia com o paradigma contemporâneo da Administração Pública e com os objetivos do CPC/2015.

O REFIS consolidou-se, assim, como **instrumento de gestão responsável, sustentável e juridicamente seguro**, alinhado ao compromisso institucional do CRP23 com:

- ✓ transparência e governança pública,
- ✓ responsabilidade financeira,
- ✓ eficiência administrativa,
- ✓ valorização do diálogo como método preferencial de resolução de conflitos,
- ✓ prevenção da judicialização desnecessária.

Segurança Jurídica Administrativa e Conformidade Normativa

A Assessoria Jurídica atuou de maneira preventiva e propositiva mediante emissão de pareceres técnicos e orientações formais em temas relacionados a procedimentos licitatórios, contratos administrativos, portarias, resoluções internas,

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

convênios e instrumentos de cooperação.

Essa atuação mitigou riscos de responsabilização institucional, fortaleceu a conformidade legal dos atos administrativos e estruturou uma cultura interna de governança, integridade pública e tomada de decisão baseada em evidências e fundamentos jurídicos consistentes, em consonância com os princípios fixados no art. 2º da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal).

Atendimento Preventivo e Suporte Estratégico à Gestão

O apoio técnico-jurídico prestado à Presidência, à Diretoria e aos setores internos possibilitou que as decisões administrativas fossem tomadas com base em segurança jurídica e respaldo normativo. Esse acompanhamento contínuo fortaleceu a governança interna, aprimorou os fluxos decisórios e contribuiu para a consolidação de uma gestão pública transparente e responsável.

CONCLUSÃO

A Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região encerra seu ciclo de atuação com **resultados concretos, gestão técnica e legado institucional sólido**. Ao longo do período, foi possível consolidar uma **cultura de segurança jurídica, eficiência administrativa e atuação preventiva**, refletindo diretamente na estabilidade e na credibilidade da autarquia perante seus inscritos e a sociedade.

O trabalho desenvolvido pautou-se em **planejamento estratégico, responsabilidade e cooperação intersetorial**, garantindo que cada parecer, orientação ou medida adotada contribuísse para o fortalecimento da governança e da conformidade legal do Conselho.

A consolidação do Programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS) é um marco dessa trajetória. Sua concepção jurídica, implementação segura e ampla adesão demonstram que a eficiência administrativa e a sensibilidade institucional podem caminhar juntas, promovendo a justiça fiscal sem recorrer à litigiosidade.

Do ponto de vista contencioso, o encerramento do passivo judicial ativo e o controle rigoroso dos processos sobrestados evidenciam a maturidade da atuação da Assessoria, que soube aliar técnica, prudência e estratégia para proteger o interesse público e evitar dispêndios desnecessários de recursos.

8. JÚRIDICO JANEIRO A NOVEMBRO

Mais do que um encerramento de ciclo, este relatório traduz um **legado de comprometimento ético e de consolidação institucional**. O resultado alcançado é fruto de uma advocacia pública responsável, que compreende seu papel não apenas como defesa jurídica, mas como **instrumento de gestão e de aprimoramento da administração pública**.

O CRP-23 segue, assim, com **bases jurídicas fortalecidas, processos administrativos mais seguros e uma gestão preparada para o futuro**, tendo a Assessoria Jurídica cumprido com excelência o seu dever de garantir legalidade, estabilidade e confiança à autarquia.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

Com vistas à continuidade administrativa e à preservação da segurança jurídica institucional, a Assessoria Jurídica apresenta as seguintes recomendações estratégicas à gestão sucessora:

1. **Monitoramento Passivo:** Manter o monitoramento dos processos sobrestados, aproveitando as anotações detalhadas desta Assessoria para reativação em caso de localização de bens ou para requerer a declaração da prescrição intercorrente, quando cabível.
2. **Análise Estratégica do MS:** Realizar a leitura integral do **Mandado de Segurança n.º 1009737-68.2016.4.01.3400**, dada sua relevância para o sistema CFP/CRPs.
3. **Adoção e continuidade de políticas conciliatórias e de regularização financeira**, mantendo os efeitos positivos do REFIS e evitando judicialização desnecessária.

Reafirmo meu respeito à instituição e o compromisso ético e técnico que orientou toda a atuação prestada. Deixo registrada a plena disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários dentro dos limites legais e contratuais.

Este relatório, portanto, reflete fielmente a situação jurídica consolidada do CRP-23, permitindo transição segura, transparente e com continuidade estruturada das atividades essenciais da Autarquia.

9. JÚRIDICO DEZEMBRO

9.1 INTRODUÇÃO: CENÁRIO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O presente relatório complementar tem por escopo apresentar, de forma detalhada e analítica, as atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região (CRP-23) durante o mês de **dezembro de 2025**. A elaboração deste documento se faz imperativa para o fechamento das competências do exercício financeiro e administrativo de 2025, em estrita observância às normas de controle interno e governança, notadamente a **Resolução CFP n.º 20/2018**, que estabelece os procedimentos administrativos e financeiros dos Conselhos de Psicologia. A consolidação destas informações visa garantir a transparência, a legalidade e a eficiência da gestão pública, elementos basilares da administração, conforme preceitua o **Art. 37 da Constituição Federal**.

9.2 ATUAÇÃO NORMATIVA E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Elaboração da Resolução n.º 33

No período em análise, a Assessoria Jurídica dedicou-se à elaboração da minuta da **Resolução n.º 33**, instrumento normativo de fundamental importância para a **reestruturação organizacional** do CRP-23. Esta Resolução dispõe sobre a criação de cargos em comissão de gestão estratégica e assessoramento técnico especializado, bem como a extinção de cargos que se tornaram obsoletos frente às novas demandas institucionais e à necessidade de otimização dos recursos humanos. A fundamentação técnica para tal medida reside na premente necessidade de modernização administrativa, visando à **eficiência** na prestação dos serviços públicos e à adequação teleológica da estrutura funcional ao orçamento disponível. A criação de cargos estratégicos visa fortalecer a capacidade de gestão e aprimorar o assessoramento técnico, enquanto a extinção de cargos sem função atual reflete um compromisso com a racionalização da despesa pública e a conformidade com os princípios da economicidade e da impessoalidade.

9.3 ATUAÇÃO CONSULTIVA, PREVENTIVA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Processos Administrativos Financeiros e Despachos

A Assessoria Jurídica atuou proativamente na elaboração de **pareceres jurídicos vinculantes** em diversos processos administrativos financeiros. Esta atuação é crucial para assegurar a **lisura da despesa pública**, garantindo que todas as movimentações financeiras estejam em conformidade com a legislação vigente, prevenindo irregularidades e fortalecendo a **segurança jurídica** das operações do

9. JÚRIDICO DEZEMBRO

Conselho. Adicionalmente, foram confeccionadas **minutas de despachos administrativos** e de **justificativas técnicas** que subsidiaram as decisões da Diretoria. Tais documentos são essenciais para amparar as deliberações, conferindo-lhes robustez jurídica e mitigando riscos de responsabilização dos gestores perante os órgãos de controle externo e interno, em consonância com o dever de probidade administrativa.

Instrumentos Contratuais e Atos de Pessoal

No âmbito da gestão de pessoal e contratações, a Assessoria Jurídica foi responsável pela elaboração das **minutas contratuais** para a contratação da **Coordenadora Geral** e da **Assessora de Comunicação**. Este processo exigiu a estrita observância à **Lei de Licitações e Contratos** (Lei nº 14.133/2021, ou a Lei nº 8.666/93, conforme o regime aplicável à época), garantindo a legalidade, a publicidade e a competitividade dos procedimentos. Paralelamente, foram elaboradas **minutas de portarias de dispensa e de nomeação**, assegurando o **controle de legalidade estrito** nos atos de provimento e vacância de cargos. Esta diligência é fundamental para evitar vícios que possam comprometer a validade dos atos administrativos e gerar passivos para a instituição, reforçando a **governança** e o **compliance** na gestão de recursos humanos.

9.4 ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

190ª Reunião Ordinária do Pleno do CRP-23 (Plenária)

A Assessoria Jurídica participou ativamente da **190ª Reunião Ordinária do CRP-23**, ocorrida em **17 de dezembro de 2025**. Nesta plenária, foi prestado suporte jurídico in loco para as deliberações do colegiado, oferecendo orientações e esclarecimentos sobre os aspectos legais das pautas discutidas. A presença consultiva da Assessoria Jurídica é vital para conferir **segurança jurídica** às votações e decisões tomadas, garantindo que as resoluções do Conselho estejam em conformidade com o arcabouço legal e regulamentar aplicável, e que o **poder regulamentar** da autarquia seja exercido dentro dos limites da legalidade.

CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica do CRP-23 no mês de **dezembro de 2025** demonstram um compromisso inabalável com a **legalidade**, a **eficiência** e a **segurança jurídica** na administração pública. A elaboração de normativos estruturantes, a análise rigorosa de processos financeiros, a confecção de instrumentos contratuais e atos de pessoal em conformidade com a legislação, e

9. JÚRIDICO DEZEMBRO

o assessoramento estratégico às deliberações do colegiado, consolidaram a conformidade normativa da instituição. Tais ações não apenas mitigaram riscos e fortaleceram a governança no exercício findo, mas também prepararam o CRP-23 para os desafios e demandas do exercício subsequente, estabelecendo um patamar elevado de gestão e responsabilidade.



10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

10.1 CONCEITOS E ORIGENS DAS DESPESAS

Conceitos:

Receita Operacional: Anuidades, emolumentos, taxas e multas decorrentes da atividade fim do Conselho.

Receita Não Operacional: Rendimentos de aplicações financeiras e transferências de capital.

Transferências de Investimentos: Recursos vinculados a projetos específicos (Sede, SEI, CREPOP)

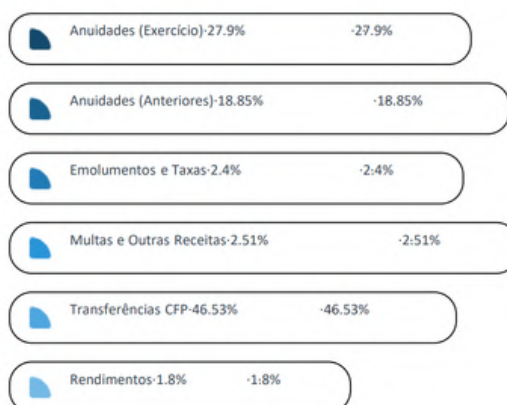
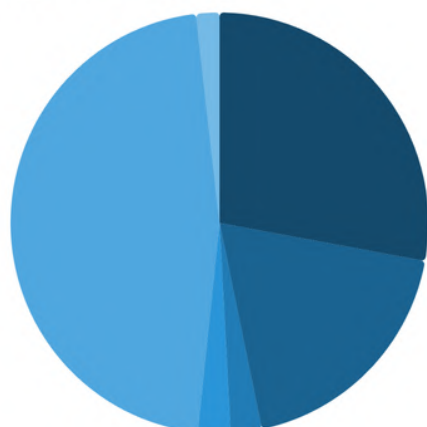
ORIGEM DA RECEITA

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	%
Anuidades (Exercício)	1.000.690,71	27,52%
Anuidades (Anteriores)	676.416,58	18,60%
Emolumentos e Taxas	85.997,90	2,37%
Multas, Juros e Outras Receitas Correntes*	90.210,75	2,48%
Transferências CFP	1.668.340,57	45,90%
— Fundo Sustentabilidade (Sede)	1.500.000,00	—
— Convênio CREPOP	133.999,23	—
— Implantação SEI	24.156,00	—
— Outras Transferências	10.185,34	—
Rendimentos	64.644,36	1,78%
TOTAL ARRECADADO	R\$ 3.635.331,01	100,00%

*Inclui Multas, Juros, Atualização Monetária e Dívida Ativa, conforme balanço.

*Valor oficial conforme Balanço Orçamentário 2025.

COMPOSIÇÃO DA ARRECADUÇÃO 2025



TRANSFERÊNCIAS CFP: As transferências do CFP (Sede, CREPOP, SEI) representam 45,90% da receita total (R\$ 1.668.340,57), fundamentais para os investimentos estratégicos.

REPOSIÇÃO DE ATIVOS: Anuidades de exercícios anteriores somaram R\$ 676.416,58, superando em 250% a meta inicial.

TOTAL ARRECADADO: O exercício fechou com R\$ 3.635.331,01, garantindo a solidez financeira do Conselho.

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

DESPESAS POR CENTRO DE CUSTO

CENTRO DE CUSTO	ATIVIDADE	LOCALIDADE	VALOR LIQUIDADO (R\$)	% SOBRE TOTAL
Atendimento e Registro	FIM	Palmas	181.670,22	5,15%
Atendimento e Registro	FIM	Araguaína	45.772,95	1,30%
CREPOP / COE	FIM	Palmas	168.340,57	4,77%
Fiscalização (COF)	FIM	Palmas	132.678,76	3,76%
Fiscalização (COF)	FIM	Araguaína	24.120,00	0,68%
Serviços Sede (Manutenção)	MEIO	Palmas	598.112,86	16,95%
Serviços Subsede (Manutenção)	MEIO	Araguaína	26.620,00	0,75%
Gestão (Diretoria/Plenário/Comissões)	GESTÃO	Palmas	43.370,40	1,23%
Investimento – Aquisição da Sede	CAPITAL	Palmas	1.500.000,00	42,52%
Investimentos Diversos	CAPITAL	Palmas	91.267,19	2,59%
Outras Despesas Administrativas Gerais	MEIO	Palmas	716.574,52	20,31%
TOTAL GERAL			R\$ 3.528.527,47	100%

Eficiência Administrativa: A estrutura por centro de custo permite identificar que 45% das despesas operacionais (R\$ 552.582,50) foram destinadas diretamente às **Atividades Fim**, garantindo o cumprimento da missão institucional do Conselho.

10.2 INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS NA SEDE



Aquisição da 1ª sede própria: R\$ 1.500.000,00

O maior investimento patrimonial da história do CRP-23. Realizado via Fundo de Sustentabilidade do CFP, eliminando custos de locação e garantindo autonomia institucional definitiva em Palmas.

Implantação do sistema SEI: R\$ 16.599,59

Transformação digital plena da autarquia está em fase final de implementação. Também, realizado via Fundo de Sustentabilidade do CFP, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) moderniza processos, reduz custos operacionais com papel e correios, e aumenta a transparência administrativa.

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

GESTÃO DE CONVÊNIOS E REPASSES CFP

CONVÊNIO / PROJETO	RECURSO RECEBIDO (R\$)	RECURSO UTILIZADO (R\$)	STATUS
Fundo de Sustentabilidade (Sede)	1.500.000,00	1.500.000,00	Executado
Convênio CREPOP	133.999,23	133.999,23	Executado
Implantação do SEI	24.156,00	16.599,59	Concluído
TOTAL	R\$ 1.658.155,23	R\$ 1.650.598,82	

Eficiência na Gestão do Sistema SEI: A implantação do Sistema Eletrônico de Informações gerou uma **economia direta de R\$ 7.556,41** frente ao repasse inicial, demonstrando rigoroso controle de custos na transformação digital do Conselho.

LICITAÇÕES, CONTRATOS E ADERÊNCIA AO PCA

Execução das Contratações – Exercício 2025 (Portaria nº 19/2025 e Portaria nº 62/2025)

Classificação	Quantidade	Percentual
Novas Contratações	14	23%
Prorrogações / Aditivos	13	22%
Itens Não Executados	32	53%
Inclusão Extraordinária	1	2%
Total Geral	60	100%

Taxa Geral de execução do PCA: 45%

Conformidade Normativa: A execução das contratações em 2025 observou o Plano de Contratação Anual (PCA), garantindo a transparência e a eficiência no uso dos recursos públicos para projetos estratégicos.

DIAGNÓSTICO SWOT FINANCEIRO 2025

FORÇAS (STRENGTHS) 1. Solidez Patrimonial: Aquisição da sede própria (R\$ 1,5M) 2. Recuperação recorde de anuidades anteriores (+250%) 3. Modernização Digital: Implantação do SEI 4. Planejamento Formalizado: PCA aprovado e respeitado 5. Inclusão Regular de Demanda Extraordinária: Portaria nº 62/2025 (Mudança da Sede) 6. Regularidade nas prorrogações contratuais 7. Priorização estratégica do investimento patrimonial	FRAQUEZAS (WEAKNESSES) 1. Dependência de Repasses: 47% da receita total oriunda do CFP 2. Custo fixo elevado: manutenção de duas sedes (Palmas/Araguaína) 3. Planejamento de Custeio: Necessidade de maior granularidade 4. Baixa execução quantitativa do PCA (45%) 5. Elevado número de itens planejados e não executados (53%) 6. Superdimensionamento inicial do planejamento	OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) 1. Economia com Sede Própria: 2. Transformação Digital: SEI 3. Fortalecimento Institucional: Aumento do prestígio patrimonial 4. Aprimoramento do PCA 2026 com priorização estratégica 5. Redução de contratações não essenciais e maior eficiência orçamentária 6. Recalibragem do PCA 2026 com maior aderência à capacidade financeira 7. Priorização técnica de itens estruturantes	AMEAÇAS (THREATS) 1. Inadimplência: Risco de queda na arrecadação do exercício 2. Exigência Normativa: Conformidade total com Res. 20/2018 3. Impacto Econômico: Capacidade de pagamento da categoria 4. Risco de superplanejamento (PCA com excesso de itens não executados) 5. Possível fragilidade na execução de ações estratégicas postergadas 6. Risco de desalinhamento entre planejamento e execução
---	--	---	---

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Informações Da Empresa De Contabilidade Contratada

Razão Social: Valdeis Ribeiro Da Silva

CNPJ: 21.302.202/0001-68

Endereço: Q 405 N, Al. 6, Lt. 01-A, Plano Diretor Norte, Palmas-TO, Cep: 77002-026

Contato: (63) 99204-6471 **E-mail:** valdeisilv@gmail.com

Licitação: Concorrência

Responsável Técnico: Valdeis Ribeiro Da Silva

CRC: TO-004734/O-7

Período de Atuação: 01/02/2019 até atualidade

10.3 METODOLOGIAS E FORMATOS ADOTADOS

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações do ativo imobilizado/intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos.

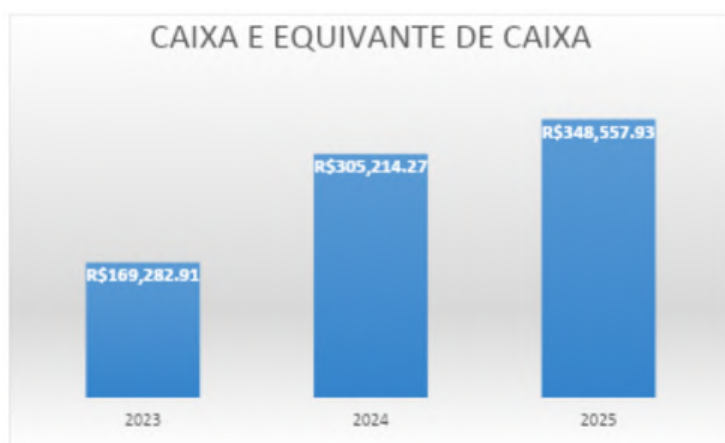
10.4 INFORMAÇÕES E AVALIAÇÕES: FATOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados

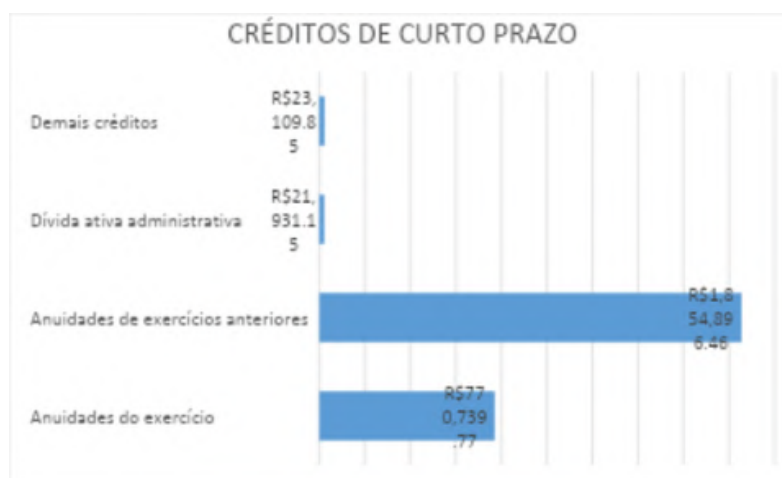
10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Os valores disponíveis estão localizados nas aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.



Créditos de curto prazo: Os valores demonstrados no gráfico representam as anuidades em aberto. É salutar informar que nos últimos anos houve grande esforço realizado por toda equipe do Conselho, em especial pelo setor de cobrança, para reduzir os índices de inadimplência. Tal ação, vem reduzindo o crescimento dos créditos em aberto. A perspectiva para os próximos anos são as melhores possíveis.



10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Provisão de férias, 13º e encargos sociais: Mensalmente o CRP-23, realiza os cálculos referente as provisões de férias e 13º, bem como os encargos incidentes sobre esses benefícios. A fim, de não subestimar o passivo. Por se tratar de direito adquirido, faz-se, necessária a provisão, além de ser uma determinação das novas normas de contabilidade.

É salutar informar que o valor provisionado das férias e encargos sociais atingiu o patamar de R\$ 45.733,64, não apresenta valores referente 13º salário, pois, são baixados no mês 12 de cada ano.

Comparativo receitas e despesas: A realização das receitas ficaram dentro do esperado. Fechando o exercício com superávit orçamentário, correspondente ao valor de R\$ 129.636,51.

Salienta-se que na tabela abaixo foi considera o valor da receita de R\$ 37.000,00 referente crédito adicional por fonte, referente a utilização de parte do superávit financeiro do exercício de 2024 que compôs a reformulação que ocorreu decorrer do exercício, ainda, foi considerado o valor de R\$ 1.500.000,00 previsto para fins de aquisição da sede do CRP-23.

RECEITAS	ACUMILADA	PREVISTA	%
Anuidades Pessoa Física	1.677.107,29	1.797.349,00	93%
Anuidades Pessoas Jurídicas	48.963,55	88.387,00	55%
Fundo de Seções	66,59	-	0%
Receita Patrimonial	64.644,36	32.050,25	202%
Receitas de Serviços	85.997,90	90.000,00	96%
Transferências Correntes	1.668.340,57	1.579.973,41	106%
Dívida Ativa (administrativa e judicial)	713,73	3.000,00	24%
Juros/Multas/Atualização Monetária	89.497,02	60.904,22	147%
Superávit	0,00	37.000,00	0%
TOTAL DAS RECEITAS	3.635.331,01	3.688.663,88	99%

DESPESAS (-)	REALIZADA	ORÇADA	%
Pessoal, Encargos Trabalhistas, Benefícios	666.421,37	720.694,25	92%
Material de Consumo	10.453,15	22.432,75	47%
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	8.928,00	16.473,16	54%
Diárias, Ajudas de Custo e Jetons	125.250,00	94.600,00	132%
Despesa com Locomoção	46.691,60	46.799,59	100%
Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas	449.902,59	542.083,82	83%
Tributárias e Contributivas	499.114,49	524.066,07	95%
Demais Despesas Correntes	94.334,82	79.540,31	119%
Serviços Bancários	36.164,26	65.000,00	56%
Investimentos	1.591.267,19	1.576.973,93	101%
Aquisições de Imóveis	-	-	0%
TOTAL DAS DESPESAS	3.528.527,47	3.688.663,88	96%
SUPERÁVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO	106.803,54		

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Resultados:

- 1. Patrimonial:** O incremento patrimonial ao longo do ano de 2025 foi positivo R\$ 1.767.055,33. É salutar mencionar que houve um aumento patrimonial significativo em relação ao ano anterior, justamente pelo fato do CRP-23 ter efetuado a aquisição da sede própria, por meio de recurso transferido pelo CFP, no valor de R\$ 1.500.000,00.
- 2. Financeiro:** Ao comparar os ativos e passivos financeiros, foi detectado um superávit financeiro no valor de R\$ 303.936,58, isso significa que não existe risco de insolvência, pois os direitos são capazes de cobrir as obrigações na sua completude. Este superávit é o maior comparando com os dois anos anteriores.

Patrimônio Líquido: No exercício 2025, houve ajustes dos saldos das contas de anuidades do exercício e de exercícios anteriores, adequando assim o saldo, em conformidade com os relatórios fornecidos pelo setor financeiro do CRP-23.

O Patrimônio Líquido fechou o ano com o valor total de R\$ 4.633.412,25.

10.5 BALANÇOS, DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

CRP/TO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23 REGIAO

CNPJ: 19.331.976/0001-75

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.635.331,01	1.679.734,46	Despesa Orçamentária	3.528.527,47	1.550.097,95
RECEITA REALIZADA	3.635.331,01	1.679.734,46	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	11.463,70	3.647,62
RECEITA CORRENTE	3.635.331,01	1.679.734,46	CREDITO EMPENHADO – PAGO	3.517.063,77	1.546.450,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.726.137,43	1.482.828,43	DESPESA CORRENTE	1.925.796,58	1.546.450,33
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	1.677.107,29	1.443.709,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	441.526,57	350.910,65
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.000.690,71	1.218.065,73	ENCARGOS PATRONAIS	120.365,75	92.781,52
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	676.416,58	225.643,64	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.363.904,26	1.102.758,16
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	48.963,55	39.073,07	DESPESA DE CAPITAL	1.591.267,19	
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	48.963,55	39.073,07	INVESTIMENTOS	91.267,19	
FUNDO DE SEÇÕES	66,59	45,99	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.500.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	64.644,36	33.210,01			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	64.644,36	33.210,01			
RECEITA DE SERVIÇOS	85.997,90	97.525,00			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	77.832,90	87.700,00			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	5.540,00	7.500,00			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.625,00	2.325,00			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.668.340,57	24.156,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.210,75	42.015,02			

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DÍVIDA ATIVA	713,73	1.459,19			
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.304,70	1.075,36			
JUROS DE MORA	70.387,94	29.083,71			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADE	69.545,99	27.814,59			
JUROS DE MORA SOBRE DÍVIDA ATIVA	841,95	1.269,12			
MULTAS	13.077,50	8.873,49			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	13.063,23	8.848,25			
MULTAS SOBRE DÍVIDA ATIVA	14,27	25,24			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.726,88	1.523,27			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	4.726,88	1.523,27			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.065.456,43	1.295.334,38	Pagamentos Extraorçamentários	1.128.916,31	1.289.039,53
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	11.463,70	3.647,62	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	702,00	12.860,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	332.127,91	763.291,15	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.175,48	662.260,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários	721.864,82	528.395,61	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.071.038,83	613.918,79
Saldo em espécie do Exercício Anterior	305.214,27	169.282,91	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	348.557,93	305.214,27
Caixa e Equivalente de Caixa	305.214,27	169.282,91	Caixa e Equivalente de Caixa	348.557,93	305.214,27
Total:	5.006.001,71	3.144.351,75		5.006.001,71	3.144.351,75

CRP/TO
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23 REGIAO
CNPJ: 19.331.976/0001-75

Período: 01/12/2025 a 31/12/2025

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.651.663,88	3.651.663,88	68.184,75	-3.583.479,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	1.885.736,00	1.885.736,00	57.701,13	-1.828.034,87
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	1.797.349,00	1.797.349,00	57.567,23	-1.739.781,77
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.527.349,00	1.527.349,00	35.387,58	-1.491.961,42
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	270.000,00	270.000,00	22.179,65	-247.820,35
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	88.387,00	88.387,00	133,90	-88.253,10
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	87.387,00	87.387,00	133,90	-87.253,10
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE SEÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	32.050,25	32.050,25	3.614,21	-28.436,04
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	32.050,25	32.050,25	3.614,21	-28.436,04
RECEITA DE SERVICOS	90.000,00	90.000,00	2.760,00	-87.240,00
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	80.000,00	80.000,00	2.160,00	-77.840,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	7.000,00	7.000,00	375,00	-6.625,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.000,00	3.000,00	225,00	-2.775,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.579.973,41	1.579.973,41	0,00	-1.579.973,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.904,22	63.904,22	4.109,41	-59.794,81
DÍVIDA ATIVA	3.000,00	3.000,00	0,00	-3.000,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.000,00	1.000,00	28,08	-971,92



10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
JUROS DE MORA			46.700,00	46.700,00	3.284,63	-43.415,37	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADE			45.800,00	45.800,00	3.284,63	-42.515,37	
JUROS DE MORA SOBRE DÍVIDA ATIVA			900,00	900,00	0,00	-900,00	
MULTAS			11.604,22	11.604,22	617,36	-10.986,86	
MULTAS SOBRE ANUIDADES			11.454,22	11.454,22	617,36	-10.836,86	
MULTAS SOBRE DÍVIDA ATIVA			150,00	150,00	0,00	-150,00	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			1.600,00	1.600,00	179,34	-1.420,66	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES			1.600,00	1.600,00	179,34	-1.420,66	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			3.651.663,88	3.651.663,88	68.184,75	-3.583.479,13	
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL			3.651.663,88	3.651.663,88	68.184,75	-3.583.479,13	
DESPESAS	ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE		2.061.663,88	2.093.145,76	68.911,29	184.063,24	177.855,51	2.024.234,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		634.872,92	614.066,38	60.345,77	81.533,89	81.533,89	553.720,61
REMUNERAÇÃO PESSOAL		488.290,45	487.483,91	47.860,25	64.521,08	64.521,08	439.623,66
ENCARGOS PATRONAIS		146.582,47	126.582,47	12.485,52	17.012,81	17.012,81	114.096,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.426.790,96	1.479.079,38	8.565,52	102.529,35	96.321,62	1.470.513,86
BENEFÍCIOS A PESSOAL		58.080,00	94.609,25	6.416,74	8.076,74	8.076,74	88.192,51
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		32.760,00	51.882,54	3.262,00	5.040,00	5.040,00	48.620,54
USO DE BENS E SERVIÇOS		255.103,16	206.266,53	11.147,58	20.060,80	16.060,80	195.118,95
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS		476.535,80	472.839,48	-7.163,29	34.177,37	39.433,34	480.002,77
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		509.912,00	501.066,07	5.048,42	21.230,63	16.283,93	496.017,65
DEMAIS DESPESAS CORRENTES		52.400,00	109.415,51	3.689,81	12.966,67	10.449,67	105.725,70
SERVIÇOS BANCÁRIOS		42.000,00	43.000,00	-13.835,74	977,14	977,14	56.835,74
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL		1.590.000,00	1.595.518,12	-3.454,69	0,00	0,00	1.598.972,81
INVESTIMENTOS		90.000,00	95.518,12	-3.454,69	0,00	0,00	98.972,81
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		90.000,00	95.518,12	-3.454,69	0,00	0,00	98.972,81
INVERSÕES FINANCEIRAS		1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS		3.651.663,88	3.688.663,88	65.456,60	184.063,24	177.855,51	3.623.207,28
SUPERÁVIT		0,00	0,00	2.728,15	0,00	0,00	2.728,15
TOTAL		3.651.663,88	3.688.663,88	68.184,75	184.063,24	177.855,51	3.620.479,13

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2025

CRP/TO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23 REGIAO

CNPJ: 19.331.976/0001-75

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	4.689.323,74	2.971.421,22
RECEITA CORRENTE	3.635.331,01	1.679.734,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.726.137,43	1.482.828,43
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	1.677.107,29	1.443.709,37
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.000.690,71	1.218.065,73
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	676.416,58	225.643,64
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	48.963,55	39.073,07
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	48.963,55	39.073,07
FUNDO DE SEÇÕES	66,59	45,99
RECEITA PATRIMONIAL	64.644,36	33.210,01
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	64.644,36	33.210,01
RECEITA DE SERVIÇOS	85.997,90	97.525,00



CRP-23
Conselho Regional de
Psicologia do Tocantins
23ª Região

57

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	77.832,90	87.700,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	5.540,00	7.500,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.625,00	2.325,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.668.340,57	24.156,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.210,75	42.015,02
DÍVIDA ATIVA	713,73	1.459,19
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.304,70	1.075,36
JUROS DE MORA	70.387,94	29.083,71
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADE	69.545,99	27.814,59
JUROS DE MORA SOBRE DÍVIDA ATIVA	841,95	1.269,12
MULTAS	13.077,50	8.873,49
MULTAS SOBRE ANUIDADES	13.063,23	8.848,25
MULTAS SOBRE DÍVIDA ATIVA	14,27	25,24
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.726,88	1.523,27
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	4.726,88	1.523,27
OUTROS INGRESSOS	1.053.992,73	1.291.686,76
DESEMBOLSOS	3.054.712,89	2.835.489,86
DESPESA CORRENTE	1.925.796,58	1.546.450,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	441.526,57	350.910,65
ENCARGOS PATRONAIS	120.365,75	92.781,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.363.904,26	1.102.758,16
DESPESA DE CAPITAL	1.591.267,19	0,00
INVESTIMENTOS	91.267,19	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.500.000,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.128.916,31	1.289.039,53
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.634.610,85	135.931,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.634.610,85	135.931,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	305.214,27	169.282,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.939.825,12	305.214,27

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2025

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23 REGIAO
CNPJ: 19.331.976/0001-75

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.731.886,09	2.007.053,90	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.964.830,76	1.539.024,11
CONTRIBUIÇÕES	1.831.054,14	1.811.607,06	PESSOAL E ENCARGOS	690.811,13	484.652,49
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.831.054,14	1.811.607,06	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	461.512,60	335.829,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.831.054,14	1.811.607,06	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	461.512,60	335.829,53
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	78.350,00	97.525,00	ENCARGOS PATRONAIS	124.769,48	91.575,13
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.350,00	97.525,00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	124.769,48	91.575,13
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.350,00	97.525,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	104.529,05	57.247,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	152.836,68	72.690,48	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	104.529,05	57.247,83
JUROS E ENCARGOS DE MORA	70.387,94	29.083,71	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	650.406,06	540.680,85
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	70.387,94	29.083,71	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.953,15	3.258,67
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	4.726,88	1.523,27	CONSUMO DE MATERIAL	5.953,15	3.258,67
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	4.726,88	1.523,27	SERVIÇOS	630.772,19	529.172,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	77.721,86	42.083,50	DIÁRIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	125.250,00	118.615,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	77.721,86	42.083,50	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	55.619,60	88.906,60
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.668.340,57	24.156,00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	449.902,59	321.651,11
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.668.340,57	24.156,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	13.680,72	8.249,47
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.668.340,57	24.156,00	DEPRECIACAO	13.680,72	8.249,47
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.304,70	1.075,36	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	36.164,26	28.786,54
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.304,70	1.075,36	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	36.164,26	28.786,54
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.304,70	1.075,36	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	36.164,26	28.786,54
			TRIBUTÁRIAS	499.114,49	419.664,51
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	44.154,07	0,00
			IMPOSTOS	44.154,07	0,00
			CONTRIBUIÇÕES	454.960,42	419.664,51
			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	454.960,42	419.664,51
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	88.334,82	65.239,72
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	88.334,82	65.239,72
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	88.334,82	65.239,72
Total das Variações Ativas :	3.731.886,09	2.007.053,90	Total das Variações Passivas :	1.964.830,76	1.539.024,11
Déficit do Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL		
			Superávit do Exercício	1.767.055,33	468.029,79
Total	3.731.886,09	2.007.053,90	Total	3.731.886,09	2.007.053,90

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2025



10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23 REGIAO

CNPJ: 19.331.976/0001-75

Nota Explicativa

Código: 1

1. INFORMAÇÕES GERAIS

De acordo com seu Regimento Interno, o Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região foi criado pela Resolução Nº 2, de 09 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, é uma autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos psicólogos e pelo aperfeiçoamento da prática profissional.

A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Quadra ACSV SE 62, Avenida LO 13, Lote 10, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, Cep.: 77022-054.

Código: 2

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117/21, e Portaria STN nº 1.131 de 04/11/2021, 9ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações do ativo imobilizado/intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, pondera que não houve a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes e nem a provisão para riscos trabalhistas e cíveis, conforme informações extraídas do

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

setor administrativo/financeiro e jurídico do Conselho, respectivamente. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Código: 3

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CRP/23. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CRP-23 segue integralmente o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros, Resolução nº 020/2018 expedida pelo CFP-BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos (vida útil)	Valor Residual
Móveis e utensílios	10	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equip. e processamento de dados	05	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante.

As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

O passivo judicial representa o somatório dos valores decorrentes de questões judicializadas, que serão objeto de apreciação pelo judiciário, podendo ou não gerar desembolso pela Entidade. Dessa forma, é imperioso haver informação em relação as perspectivas do CRP-23 em relação aos riscos de desembolsos futuros por contas das

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

demandas judiciais para que haja um planejamento adequado frente a esses eventos.

Em relação a estes processos em andamento na Justiça Federal -TRF1 em sua maioria se referem a execuções impetradas pelo CRP-23, todas fundamentadas em título executivo, razão pela qual não há previsão de passivo.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

Código: 4

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo;
- e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Código: 5

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2024	2025
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	R\$ 305.214,27	R\$ 348.557,93
Total	R\$ 305.214,27	R\$ 348.557,93

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

Código: 6

6. CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Descrição	2024	2025
Anuidades do exercício	R\$ 554.422,27	R\$ 770.739,77
Anuidades de exercícios anteriores	R\$ 1.976.890,77	R\$ 1.854.896,46
Dívida ativa administrativa	R\$ 22.185,74	R\$ 21.931,15
Total	R\$ 2.553.498,78	R\$ 2.647.567,38

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação no percentual de 15% em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a falta de provisão para devedores duvidosos.

Código: 7

7. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Descrição	2024	2025
Adiantamento concedido a pessoal	-	R\$ 1.025,84
Devedores da entidade	R\$ 1.641,83	R\$ 1.555,70
Entidades públicas devedoras	R\$ 18.323,32	R\$ 20.528,31
Total	R\$ 19.965,15	R\$ 23.109,85

7.1 Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Salienta-se que a tabela abaixo apresenta os valores pelo custo de aquisição.

Descrição	2024	2025
Móveis e utensílios	R\$ 39.722,67	R\$ 69.966,43
Máquinas e equipamentos	R\$ 38.642,94	R\$ 50.342,64
Utensílios de copa e cozinha	R\$ 971,00	R\$ 971,00
Equip. e processamento de dados	R\$ 40.487,42	R\$ 94.311,15
Edifícios	-	R\$ 1.500.000,00
Total	R\$ 119.824,03	R\$ 1.715.591,22

7.2 Intangível

O ativo intangível, conta apenas com Software no valor de R\$ 462,00.

Código: 8

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes:



10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

Descrição	2024	2025
Férias	R\$ 15.058,95	R\$ 35.044,98
INSS	R\$ 4.436,53	R\$ 7.534,68
FGTS	R\$ 1.650,78	R\$ 2.803,53
PIS	R\$ 197,62	R\$ 350,45
Total	R\$ 21.343,88	R\$ 45.733,64

Código: 9

9. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Descrição	2024	2025
COSIRF	R\$ 900,83	R\$ 968,86
Total	R\$ 900,83	R\$ 968,86

Código: 10

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	2024	2025
Superávit ou Déficit do Exercício	R\$ 468.029,79	R\$ 1.767.055,33
Superávit ou Déficit Acumulado Exercícios Anteriores	R\$ 2.446.030,15	R\$ 2.866.35692,33
Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 5.519,65	R\$ 47.703,02
Patrimônio Líquido	R\$ 2.914.059,94	R\$ 4.633.412,25

Código: 11

11. PARTES RELACIONADAS

A Entidade em 31 de dezembro de 2025 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CRP/23, exceto diárias, indenização de quilometragem e verba de representação, salienta-se que tais verbas são divulgadas no portal da transparência do Conselho.

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

No exercício de 2025, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

Código: 12

12. RECEITAS POR NATUREZA

Classificação	2024	2025
Receita de contribuições	R\$ 1.482.828,43	R\$ 1.726.137,43
Receita patrimonial	R\$ 33.210,01	R\$ 64.644,36
Receita de serviços	R\$ 97.525,00	R\$ 85.997,00
Transferências correntes	R\$ 24.156,00	R\$ 1.668.340,57
Outras receitas correntes	R\$ 42.015,02	R\$ 90.210,75
Total	R\$ 1.679.734,46	R\$ 3.635.331,01

Informa-se que o valor de R\$ 1.500.000,00 que compõe a receita é ferente ao repasse do CFP para aquisição da sede própria, valor este que entrou nos cofres do CRP-23 e saiu no mesmo dia para pagamento da aquisição. Refletindo nos demais relatórios contábeis.

Código: 13

13. DESPESAS POR NATUREZA

Classificação	2024	2025
Pessoa, encargos sociais e benefícios	R\$ 500.940,00	R\$ 666.421,37
Material de consumo e serviços	R\$ 354.415,58	R\$ 10.453,15
Diárias, jetons e locomoção	R\$ 181.051,60	R\$ 171.941,60
Tributárias e contributivas	R\$ 419.664,51	R\$ 1.550.097,95
Serviços bancários e outras	R\$ 94.026,26	R\$ 36.164,26
Serviços de Terceiros PJ e PF	-	R\$ 458.830,59
Outras Despesas Correntes	-	R\$ 94.334,82
Despesas de capital	-	R\$ 1.591.267,19
Total	R\$ 1.550.097,95	R\$ 3.528.527,47

Código: 14

14. RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL E FINANCEIRO

Resultado Patrimonial	2024	2025
Variação patrimonial aumentativa (Receita)	R\$ 2.007.053,90	R\$ 3.731.886,09

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CRP/TO

(-) variação patrimonial diminutiva (Despesa)	(R\$ 1.539.024,11)	(R\$ 1.964.830,76)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	R\$ 468.029,79	R\$ 1.767.055,33

É salutar mencionar que houve um aumento patrimonial significativo em relação ao ano anterior, justamente pelo fato do CRP-23 ter efetuado a aquisição da sede própria, por meio de recurso transferido pelo CFP, no valor de R\$ 1.500.000,00.

Resultado Orçamentário	2024	2025
Receita orçamentária arrecada	R\$ 1.679.734,46	R\$ 3.635.331,01
(-) Despesas empenhadas	(R\$ 1.550.097,95)	(R\$ 3.517.063,77)
(=) Superávit/Déficit Orçamentário	R\$ 129.636,51	R\$ 106.803,54

Resultado financeiro	2024	2025
Ativo financeiro	R\$ 306.856,10	R\$ 350.113,63
(-) Passivo financeiro	(R\$ 34.744,53)	(R\$ 46.177,05)
(=) Superávit Financeiro	R\$ 267.740,22	R\$ 303.936,58

15. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Código: 15

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, órgão central de controle dos CRP/23, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Código: 16

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

10. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO CRP-23

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e pelo respectivo manual (MCASP), referentes ao exercício de 2025, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Psicologia do Tocantins – CRP/23.

Palmas/TO, 31 de dezembro de 2025.



VALDEIS RIBEIRO DA SILVA
CONTADOR
CRC TO 4734

**Conselho Regional de Psicologia
23ª Região - Tocantins**

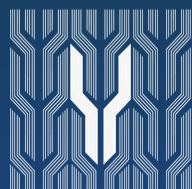
Sede Palmas:

Quadra 606 Sul Avenida LO 13, 10 - Plano
Diretor Sul, Palmas - TO, 77022-054
Telefone: (63) 3215-7622

Subsede Araguaína:

Esquina entre a rua dos Marçons e a rua
1º de janeiro, Edifício Palácio das Acácias,
sala 14, Centro, CEP: 77804180,
Araguaína-TO
Telefone: (63) 92117-0662

Site: <https://www.crp23.org.br/>
Instagram: [@conselhodepsicologia23](https://www.instagram.com/conselhodepsicologia23)



CRP-23

Conselho Regional de
Psicologia do Tocantins
23ª Região